



n.1
jan./mar.
2020

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Albuquerque

Editor Adjunto

Diogo Ives

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Thaís Jesinski Batista



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br

Sumário

EDITORIAL

A PANDEMIA COMO UM MAL PÚBLICO: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS...PÁGINA 04

ARTIGOS

POLÍTICA E PANDEMIA: OS PRIMEIROS DIAS DO NOVO CORONAVÍRUS NA AMÉRICA DO SUL.....PÁGINA 07

**MULHERES EM MOVIMENTO(S) E O 8 DE MARÇO NA AMÉRICA DO SUL.....
PÁGINA 19**

**MONITOR ELEITORAL — A PETROLEIRA E O PRESIDENTE: O CASO DA
CRISE DEMOCRÁTICA NA GUIANA..... PÁGINA 21**

**DOIS PRESIDENTES E TRÊS ASSEMBLEIAS: A CRISE NA VENEZUELA SE
APROFUNDA.....PÁGINA 26**

Editorial

A pandemia como um mal público: implicações políticas

Desde o início de março, muito se tem especulado sobre como será o mundo após a pandemia. No plano geopolítico, circulam vários cenários possíveis, que vão desde a ruptura da ordem global com o início de uma nova era, até cenários mais cuidadosos, que apontam para o aprofundamento de tendências em curso. Entre estes processos em curso, especula-se até que ponto a pandemia poderia acelerar o processo de transição de poder envolvendo Estados Unidos e China. Segunda estas teorias, as condições estruturais para tal estariam dadas em duas situações. Em primeiro lugar, quando o poder hegemônico experimenta um declínio relativo e o desafiante ultrapassa o declinante. A segunda condição ocorre quando o hegemônico inicia o seu declínio e as regras e instituições por ele criadas ainda persistem. Isto é, quando ocorre uma disjuntiva entre ordem e poder.

Seria necessário um longo artigo para se discutir até que ponto a China teria ultrapassado as capacidades econômicas e militares dos EUA para que se configurasse a primeira condição. Com relação à segunda, cabem algumas reflexões iniciais, ainda que com algum grau de simplificação. Como todos sabem, no imediato pós-1945, os EUA gozavam de ambas condições. Eram a principal potência mundial em termos econômicos e militares. Ademais, como observou Kindleberger, os EUA se dispuseram a prover o principal bem público inexistente no sistema financeiro praticamente destruído no pós-guerra, a liquidez necessária para a retomada das atividades econômicas na paz. Também foram os EUA que lideraram a criação do sistema de Bretton Woods e a arquitetura institucional em torno da ONU.

Hoje, porém, são os próprios EUA que, já de algum tempo, vêm agindo para enfraquecer o arcabouço multilateral econômico e o sistema de segurança coletiva. Com Trump, esta tendência se acentuou e ficou escancarada com a reação unilateral dos EUA com respeito à compra de praticamente todo o estoque mundial de equipamentos médicos e de proteção utilizados no tratamento da Covid-19. O governo Trump tem feito

críticas seguidas à Organização Mundial da Saúde (OMS), o principal foro multilateral de combate às doenças infecciosas, com reconhecimento de praticamente todos os países. Tudo isso num contexto em que o país exibe os piores índices de infecção e mortes, ultrapassando em muito o desempenho da China, país onde a epidemia se iniciou.

O comportamento da China tem sido o oposto, tanto no tempo relativamente curto com que controlou a epidemia, como na cooperação internacional com os países que, na etapa pandêmica, estão mais sofrendo a devastação em termos humanos e de saúde pública. Também já de antes, a China vinha construindo um arcabouço alternativo: no plano financeiro, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura; no de comércio, a nova Rota da Seda. Estas diferenças de estilos de liderança global de cada um deles tende a se acentuar no mundo pós-pandemia em que a questão da saúde se tornará um dos principais temas da agenda global, com previsões quase certas de que epidemias como o Covid-19 tenderão a se repetir com maior frequência.

Entre eles, ressalta-se a distinção entre os dois modelos normativos e institucionais na prevenção e tratamento das infecções globais: o de vigilância e prevenção, e o de saúde pública. Como apontou Deisy Ventura, em aula inaugural do Mestrado de Análise em Política Internacional, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, o primeiro é o adotado pelos EUA, e o segundo informa as normas e procedimentos da OMS¹. Esta é a principal razão para Trump ameaçar deixar a OMS, acusando-a de ser sinocêntrica. Esta oposição de modelos normativos deve se acentuar no mundo pós pandemia e será mais um item na competição entre EUA e China. O que permanece nebuloso é até que ponto ambos os países estão dispostos a uma estratégia de liderança com base no fortalecimento do plano multilateral, como ocorreu no pós-Segunda Guerra, ou bilateral, como parece ser a preferência de ambos no presente.

No caso brasileiro, a história de outras epidemias mostra que há uma correlação forte entre a doença infecciosa, a implantação de instituições de saúde pública e a construção de capacidades do Estado nacional. Uma das contribuições mais relevantes, nesta perspectiva, é o livro de Gilberto Hochman, 1 Deisy Ventura, "Pandemia: Ocaso ou Refundação das Organizações Internacionais". Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/mapi/pandemia-ou-refundacao.das.organizacoes.internacionais/>



“A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil”, defendida originalmente como tese de doutorado no IUPERJ, vencedora do concurso Ford/Anpocs em 1988, e publicada pela Hucitec/Anpocs no mesmo ano. Este excelente trabalho, que combina uma reconstrução histórica dos problemas sanitários, concentrando-se nas epidemias de febre amarela e varíola, nas décadas de 1910 e 1920, com um arcabouço analítico inovador, tem grande relevância para se pensar as implicações políticas e geopolíticas da pandemia atual.

De forma um tanto simplificada, seu esquema analítico está construído em torno de três eixos conceituais: a epidemia como um mal público, conforme o uso que faz do conceito Wanderley Guilherme do Santos, a contribuição de Abraham De Swaan sobre o crescimento das interdependência humana, tanto na dimensão social quanto espacial, com a implantação da sociedade urbana e industrial, e o conceito de poder infraestrutural do Estado, de Michael Mann, no sentido da capacidade das instituições estatais de penetrar no território e implementar suas ações.

A consciência da interdependência social leva à implementação de políticas de saúde pública pelo governo federal. A epidemia entendida com um mal público, no sentido usado por Wanderley Guilherme – uma vez produzida, ninguém pode ser excluído de seus efeitos perversos -, incentiva a ação do governo central no sentido da coordenação da ação coletiva e da provisão de políticas de saúde pública, a que todos os entes da federação deverão se submeter. Afinal, o vírus não respeita jurisdições, nem fronteiras entre os estados da federação. Foram criadas, assim, as condições para a construção de capacidades estatais e a implementação de um sistema nacional de saúde pública, ampliando, desta forma, a capacidade infraestrutural do Estado brasileiro em plena República Velha. O argumento também inclui um papel relevante no processo de construção institucional ao movimento sanitário, cuja importância no campo da saúde pública se reflete até hoje.

A descrição acima é uma simplificação do argumento sofisticado e da análise minuciosa de Gilberto Hochman, uma leitura obrigatória nestes tempos de pandemia quando, pelo menos no caso brasileiro, a coordenação entre governo federal e governos estaduais praticamente não existe. Isto sem mencionar o comportamento errático e

absolutamente criminoso do presidente da República.

Cabe uma última observação com respeito às implicações políticas e geopolíticas da epidemia, novamente recorrendo a Wanderley Guilherme e ao conceito de sua autoria de “interdependência social conflitiva”. Em sua definição: “uma pessoa estará em interdependência social conflitiva se, e somente se, a não provisão voluntária de um bem coletivo z implicará necessariamente o consumo de um mal coletivo y ”². No plano interpessoal, a quarentena e o distanciamento social produzem um bem público, que é diminuir o ritmo do contágio em um determinado espaço. Aqueles que não cumprem a quarentena estão, portanto, contribuindo para a propagação do mal público, o Covid-19. No plano interestatal, um governo que deliberadamente prega o afrouxamento da quarentena contribui decisivamente para o aumento do contágio para todos os demais países.

É exatamente com uma abordagem do plano interestatal que esta edição do Boletim se inicia. No artigo de Marcia Rangel Candido, Leonardo Nóbrega, Rafael Rezende e Talita Tanscheit, é possível concluir como, apesar de ser um fenômeno global, há uma variedade de respostas nacionais ao tratamento da crise do Covid-19. Os autores, editores da Horizontes ao Sul, publicação parceira do OPISA, abordam o caso dos países da América do Sul, com ênfase nas estratégias de Brasil, Argentina e Chile.

No segundo artigo, de autoria de Marília Closs e Giovana Zucatto, temos uma análise de um outro tema que perpassa a agenda dos países sul-americanos: os feminismos e a questão de gênero. As autoras introduzem os diversos tipos de feminismos que se manifestam na região, além de apontar como se desenvolveram as manifestações do dia 8 de março deste ano.

Em seguida, o já tradicional Monitor Eleitoral do OPISA desta vez se refere a um país comumente ausente dos estudos sobre a América do Sul: a Guiana. No texto do pesquisador Ghaio Nicodemos, as instabilidades do pleito presidencial, acrescidas dos debates sobre a exploração de petróleo no país, evidenciam a importância de trazer à luz os acontecimentos políticos de um vizinho quase desconhecido. Por falar em instabilidade, o último texto, de

² Wanderley Guilherme dos Santos, “A Lógica Dual da Ação Coletiva”. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 32, n.1, 1989, p. 30.



autoria de Thaís Jesinski, encontramos uma atualização da crise venezuelana, em que coexistem, atualmente, dois presidentes e três assembleias legislativas.

Por fim, a crise do Covid-19 estourou na região durante a elaboração desta edição do Boletim. O texto inicial, em colaboração com os editores da Horizontes ao Sul, introduz como foram os primeiros dias de pandemia na América do Sul, mas, por ser um tema dinâmico, é necessário o monitoramento constante. A próxima edição do Boletim, a ser publicada em julho, será especialmente dedicada à atualização e às análises sobre a pandemia nos países sul-americanos. Esperamos que, até lá, tenhamos prognósticos esperançosos de superação da crise.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020

Maria Regina Soares de Lima
Coordenadora do OPSA

Marianna Albuquerque
Coordenadora do OPSA



Política e pandemia: os primeiros dias do novo coronavírus na América do Sul

Marcia Rangel Candido
Editora Horizontes ao Sul

Leonardo Nóbrega
Editor Horizontes ao Sul

Rafael Rezende
Editor Horizontes ao Sul

Talita Tanscheit
Pesquisadora-colaboradora do OPISA

Introdução

A pandemia do Covid-19, ou novo coronavírus, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, soma mais de um milhão de pessoas contaminadas e apresenta cenários devastadores em quase todos os cantos do mundo. Itália, Espanha, Estados Unidos da América (EUA), China, Irã e Reino Unido lideram, hoje, o número de óbitos em consequência da doença, que chegou um pouco mais tarde em regiões como a América do Sul¹. Desde então, modos usuais de sociabilidade foram alterados drasticamente, e riscos sem precedentes foram impostos às sociedades.

A determinação da quarentena e a execução de planos de proteção social pelos governos são duas das diretrizes centrais indicadas pela OMS para combater a propagação da virose, evitar o colapso dos sistemas nacionais de saúde e amenizar as consequências adversas da diminuição das atividades econômicas sobre as populações mais vulneráveis. As condições para obediência a tais recomendações, por sua vez, não são similares em todos os países. O objetivo deste texto é analisar as políticas adotadas na América do Sul em resposta à chegada do Covid-19. Para tal, dividimos a análise em duas etapas. Após uma breve introdução de conjuntura, elaboramos um levantamento mais superficial e panorâmico, que apresenta dados sobre o contágio e alguns aspectos políticos de todos os países sul-americanos. Em seguida, discutimos em maior detalhe o Brasil e mais dois países do Cone Sul, Argentina e Chile. Nas considerações

1 A informação é do Coronavirus Resource Center. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html> (acesso em 02/04/2020).

finais, contrastamos os casos abordados com outros contextos nacionais, ponderando quais parecem ser as escolhas menos penosas para as pessoas e a vida coletiva.

Parte I: a América do Sul e a Pandemia

A região sul-americana enfrentou nos últimos anos um regresso ao predomínio da direita no poder; muitos de seus países – Brasil, Chile e Uruguai – elegeram candidatos com discursos conservadores, enquanto outros, como Paraguai e Peru, mantiveram governos nesta linha ideológica. O fantasma das práticas antidemocráticas, contudo, não se retém apenas a um lado do espectro político e ronda também o governo de esquerda de Nicolás Maduro na Venezuela, frequentemente repressivo com ativistas políticos e movimentos sociais. Na Bolívia, ademais, a alternância ideológica da presidência, da esquerda à direita, chegou a partir de um golpe que destituiu Evo Morales e mergulhou o país em um quadro de violência social e política.

Dentro desses marcos políticos recentes, o distanciamento social requerido pela pandemia do novo coronavírus adquire traços particulares. Se a história da América do Sul já é bastante atravessada por regimes ditatoriais, censura e tortura, o giro recente à direita, aliado às mudanças necessárias à manutenção da quarentena, assevera os perigos de militarização da vida cotidiana e a expansão das práticas de vigilância que reduzem as liberdades civis.

Segundo o *Covid-19 Civic Freedom Tracker*, todos os países sul-americanos, com exceção do Paraguai e do Uruguai, instauraram ações de ordem pública restritivas: na Argentina, foi declarado estado de emergência em 11 de março e proibida a aglomeração de pessoas e trânsito nas ruas em 19 de março; na Bolívia, o estado de emergência começou a vigorar em 11 de março, agrupamentos foram impedidos e existe um toque de recolher desde 16 de março; no Brasil, o estado de emergência iniciou apenas em 20 de março, mesmo com o país concentrando a maioria dos casos na região; no Chile, vale o estado de catástrofe desde 18 de março, há limitação de circulação de pessoas, toques de recolher e coerção às movimentações individuais; na Colômbia, o estado de emergência de saúde pautou os seguintes pontos: em 12 de março, obrigatoriedade dos meios de comunicação noticiarem as informações compartilhadas pelo Ministro da Saúde e interdição da possibilidade



**TABELA 1: O PRIMEIRO MÊS DO COVID-19
NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL**

PAÍS	POPULAÇÃO (MILHÕES)	DATA DO PRIMEIRO CASO	CASOS TOTAIS	RECUPERADOS	ÓBITOS	TAXA DE MORTALIDADE*
ARGENTINA	44,27	03/03/2020	966	240	26	2,69%
BOLÍVIA	11,05	11/03/2020	107	0	6	5,6%
BRASIL	209,3	26/02/2020	4.715	127	168	3,56%
CHILE	18,05	03/03/2020	2.738	156	12	0,43%
COLÔMBIA	49,07	06/03/2020	798	15	14	1,75%
EQUADOR	16,62	29/02/2020	2.240	54	75	3,35%
PARAGUAI	6,811	07/03/2020	65	1	3	4,61%
PERU	32,17	06/03/2020	1065	53	24	2,25%
URUGUAI	3,457	13/03/2020	320	25	1	0,31%
VENEZUELA	31,98	13/03/2020	135	39	3	2,22%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Coronavirus Resource Center, de 26 de fevereiro a 31 de março.

*Taxa de mortalidade (%) = número de óbitos / número de casos x 100.

de encontros coletivos, expandida, em 22 de março, ao âmbito das liberdades individuais de movimento; no Equador, em 16 de março, o governo anunciou estado de emergência, que não só nega direito à associação e assembleia, como também dá liberdades ao estado para supervisionar indivíduos com uso de ferramentas virtuais; no Peru, o estado de emergência, que funciona desde 15 de março, suspendeu direitos individuais e permitiu prisões sem mandato; na Venezuela, o estado de alarme, introduzido em 13 de março, coibiu reuniões públicas e instituiu plena abertura para as autoridades agirem em prol da quarentena².

Apenas para assinalar um exemplo mais extremado de como as coisas podem piorar, na Ásia, mais especificamente nas Filipinas, o presidente Rodrigo Duterte afirmou que a polícia e os militares têm autorização para atirar naqueles que descumprirem as exigências da quarentena³. De volta à América Latina, no Panamá e no Peru os governos determinaram restrições à circulação de pessoas por gênero. Homens só podem sair em alguns dias, mulheres em outros. A justificativa é que a medida facilita o controle das forças de ordem e assegura o melhor funcionamento do isolamento social⁴.

2 Disponível em: <https://www.icnl.org/covid19tracker/> (acesso em 04/04/2020).

3 Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2020/04/covid-19-presidente-das-filipinas-autoriza-policiais-a-disparar-contr.html> (acesso em 04/04/2020).

4 Disponível: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-a>

Além dos constrangimentos às liberdades civis, a quarentena produz graves consequências à economia. Nesta esfera, por outro lado, é possível identificar uma oportunidade de ruptura com as formas de administração de recursos que vinham imperando na América do Sul. A região é uma das mais desiguais do mundo e grande parte da sua força de trabalho opera na informalidade. O fechamento do comércio nas cidades e o impedimento de circulação de pessoas expõem muitos profissionais à total ausência de aportes financeiros e condição de sobrevivência; e, ademais, deixa empresas suscetíveis à falência. Dado esse quadro, resta pouca opção aos governos senão intervir na economia ou deixar o Estado ruir, indo contra a essência do neoliberalismo e as políticas de austeridade fiscal que vinham comandando os países sul-americanos.

O novo coronavírus chegou à América do Sul há pouco mais de um mês. Se a difusão inicial da doença na região dependeu de migrações entre distintas fronteiras nacionais e de fluxos advindos da Europa, outras variáveis têm operado localmente para potencializar ou mitigar a transmissão e severidade da doença. A Tabela 1 contextualiza como a chegada da pandemia teve repercussão diferenciada em cada um dos países sul-americanos ao final do período que vai de 25 de fevereiro a 31 de março. Embora comparações sejam importantes, elas não podem ser entendidas de modo simplório. A interpretação destes dados precisa ocorrer [merica-latina-52130235](https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52130235) (acesso em 04/04/2020).

de forma paralela à ponderação sobre as disparidades de disseminação do vírus entre os países, bem como ao entendimento de características demográficas e políticas locais.

Apesar do anúncio do primeiro óbito sul-americano pertencer aos argentinos⁵, a resposta ativa no combate ao Covid-19 do líder de centro esquerda Alfredo Fernández, como veremos adiante, parece ter surtido efeito em reter o aumento da taxa de mortalidade⁶. O país também teve o melhor patamar em números brutos de recuperados do vírus (240) e foi o único latino-americano a integrar um relatório da *International Trade Union Confederation* (ITUC) que listava os melhores governos em ações para garantir a segurança dos trabalhadores⁷.

Na condução desta crise, o país que alguns especialistas apontam como tendo maior proximidade com a Argentina na América do Sul é o Peru. O presidente Martín Vizcarra, assim como Fernández, efetivou rapidamente a quarentena e deu prosseguimento a projetos de seguridade social. Ambos vêm recebendo como resposta o apoio da população e o aumento da aprovação de seus governos (BLOFIELD; HOFFMAN; LLANOS, 2020)⁸. Contudo, as semelhanças param por aí. Vizcarra é de centro-direita e assumiu o mandato após escândalos de corrupção terem levado à prisão Pedro Pablo Kuczynsky, de quem era vice-presidente⁹. Dentre as medidas de combate ao novo coronavírus que podem ser destacadas como controversas no governo peruano, já no seu final de mandato, estão, por exemplo, a mencionada restrição à liberdade de ir e vir dividida por gênero e a promulgação de uma legislação que isenta militares e policiais de responsabilidade criminal por agressões ou homicídios no exercício de patrulhar as

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/15/como-cada-pais-da-america-latina-esta-combatendo-o-coronavirus.ghtml> (acesso em 04/04/2020).

6 Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/coronavirus-cfr?time=54..70&country=ARG+BOL+BRA+ECU+PER+VEN> (acesso em 04/04/2020).

7 Disponível em: <https://www.ituc-csi.org/covid-19-best-country-responses?lang=en> (acesso em 04/04/2020).

8 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/255620-imagen-positiva-record-para-alberto-fernandez> (acesso em 04/04/2020).

9 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/roberto-simon/2020/03/covid-19-criou-novo-mapa-politico-na-america-latina.shtml> (acesso em 04/04/2020).

regras de limitação à circulação de pessoas nas ruas¹⁰.

Na Venezuela o cenário é de conflito intenso no plano nacional e internacional. Há caos no sistema de saúde e crise econômica. Nicolás Maduro não é reconhecido como presidente por uma série de países, que indicam o opositor Juan Guaidó como representante oficial dos venezuelanos. Não bastasse o embate político que se arrasta há anos, recentemente o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acusou Maduro de narcoterrorismo e ofereceu uma recompensa financeira para levá-lo à prisão (BLOFIELD; HOFFMAN; LLANOS, 2020). Isolado, Maduro recebeu assistência de serviços médicos da China para combater o Covid-19¹¹ e anunciou medidas de proteção social, como a proibição de demissões de trabalhadores. O país tentava também uma reaproximação com a Colômbia, mas isso caiu por terra com o aprofundamento do confronto com os estadunidenses.

O governo vizinho, liderado por Ivan Duque, é o local de residência de mais de um milhão de refugiados venezuelanos que não foram incluídos no auxílio econômico concedido aos colombianos em situação de vulnerabilidade. A gestão da quarentena na Colômbia vem sendo alvo de críticas de defensores dos direitos humanos, por deixar ativistas políticos em maior exposição à violência e ao assassinato. Organizações acusam Duque de não fornecer segurança especial a lideranças sociais ameaçadas, bem como não levar a sério investigações sobre violações no país¹².

Dono da sexta maior população do mundo e da primeira entre os países sul-americanos, o Brasil testemunha o presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro contrariar, até o presente momento, as principais diretrizes da OMS, entrando em discórdia com as demais esferas de poder. A negação da gravidade da pandemia e a sugestão de que os prejuízos à economia são piores que a expansão

10 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/04/01/interna_internacional,1134609/onu-teme-impunidade-com-lei-de-protecao-policia-no-peru-por-covid-1.shtml (acesso em 04/04/2020).

11 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/30/missao-medica-chinesa-chega-a-venezuela-para-combater-coronavirus.ghtml> (acesso em 04/04/2020).

12 Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/23/colombian-groups-exploiting-coronavirus-lockdown-to-kill-activists> (acesso em 04/04/2020).



do vírus mantêm o político como uma figura isolada no contexto global. Os paralelos com os líderes dos EUA, Donald Trump, e do México, López Obrador, em relação ao enfrentamento da situação, deixaram de existir quando estes últimos declararam o isolamento social como imprescindível¹³.

Mesmo que os brasileiros tenham quantidade de mortos superior e liderem o total de infecções, é dos bolivianos a taxa de mortalidade mais elevada, e dos equatorianos o desempenho mais dramático per capita, ou seja, o pior resultado entre quantidade de doentes e óbitos na proporção da população nacional¹⁴. Vale lembrar que a Bolívia acabou de enfrentar uma convulsão social em razão do golpe a Evo Morales, que consagrou a autoproclamada Jeanine Añez como presidenta (CLOSS, 2019). A convocação de novas eleições para os bolivianos teve que ser atrasada para evitar aglomerações. O Equador, por sua vez, tem sido objeto de notícias particularmente tristes que se referem ao abandono de corpos de vitimados nas ruas e à experiência traumática de famílias que precisam manter defuntos em casa por dias à espera de assistência das autoridades competentes. O país governado por Lenin Moreno, em especial a cidade de Guayaquil, sofre não só de caos no sistema de saúde, mas também de dificuldade em gerir o traslado dos corpos¹⁵.

No transcurso do último mês, as taxas de mortalidade mais baixas nos países sul-americanos ficaram com Chile (0,43%) e Uruguai (0,31%). Chilenos e uruguaios são governados, respectivamente, pelos presidentes de direita Sebastián Piñera e Luis Lacalle Pou. No primeiro país, entretanto, protestos massivos eclodiram nos últimos meses, e um plebiscito para consulta à elaboração de uma nova constituição havia sido marcado para abril. Uma das consequências políticas mais drásticas da eclosão da pandemia é retardar esse processo, conforme abordaremos na Parte II deste texto. O Paraguai, governado por Mario Abdo Benítez, alcançou a segunda maior taxa de mortalidade entre os sul-americanos

13 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/apos-comparacoes-com-bolsonaro-lopez-obrador-orienta-mexicanos-ficarem-em-casa-24335600> (acesso em 04/04/2020).

14 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52053822> (acesso em 04/04/2020).

15 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/guayaquil/2020/03/31/nota/7800513/coronavirus-ecuador-cadaveres-calles> (acesso em 04/04/2020).

(4,61%), e vem reforçando progressivamente as determinações de isolamento social, com multas e detenções.

Antes de seguirmos à segunda etapa deste trabalho, que vai esmiuçar a situação brasileira, argentina e chilena, chamamos a atenção para um ponto: os países latino-americanos ainda não dispõem de capacidade para testes em massa. Se até mesmo em locais com acesso a esta estrutura a subnotificação de contaminações está presente, é impossível dimensionar em qual situação realmente estamos.

Parte II: O Brasil e o Cone Sul

Brasil

O Brasil registrou o primeiro caso do novo coronavírus na América Latina. A notificação foi realizada no dia 26 de fevereiro na cidade de São Paulo. O paciente, um homem de 61 anos, havia voltado recentemente da Itália, país que se tornaria rapidamente o epicentro da doença na Europa. Desde então, as notificações têm se espalhado por todos os estados da federação e o número de casos confirmados alcança cifras alarmantes. Embora já tenha adotado medidas restritivas, chama a atenção no país a politização do combate à doença, protagonizada pelo presidente da República Jair Bolsonaro, que subestima a gravidade do momento e acusa os governos estaduais de boicotar a economia nacional. As respostas de líderes políticos – não só de oposição ao seu governo, mas também da sua própria base aliada – e a situação de deriva em que fica grande parte da população vulnerável, à espera de medidas mais enfáticas de prevenção e cuidado para lidar com a pandemia, são agravantes nesse contexto de incertezas no mundo.

O sufocamento do sistema de saúde no país é um dos pontos centrais de preocupação das autoridades sanitárias. A indicação da OMS de isolamento social visa, sobretudo, manter o funcionamento dos hospitais para o devido atendimento da população contaminada que venha a apresentar complicações. O direcionamento conta com apoio do atual Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e vem sendo adotado pelos governos estaduais, com a previsão de fechamento de estabelecimentos comerciais não essenciais – com permissão de funcionamento apenas para locais como supermercados, padarias e farmácias –, a proibição de eventos com aglomeração de

peças, e a restrição de acesso a parques e praias. Por parte da presidência da República, entretanto, os posicionamentos públicos são contrários a tais medidas e se opõem ao que é compartilhado por grande parte da comunidade científica e das autoridades habilitadas sobre como lidar com o caso.

Desde que iniciou o seu governo, no dia 1 de janeiro de 2019, Bolsonaro vem mantendo a retórica bélica que o elegeu: identificação de supostos inimigos da pátria, questionamento das instituições democráticas e apelo à sua fiel base de apoio. Somem do cenário o comedimento e aceno à oposição, que costumavam ser comuns aos presidentes depois dos pleitos eleitorais. O aparente caos instaurado sob a sua administração deve ser visto não como uma falta de rumo, mas como um método de governo. As suas declarações são propositalmente voltadas apenas para as pessoas que o apoiam (NOBRE, 2019). Diante da atual situação de crise, a aposta do presidente parece ser aprofundar essa tática.

Em 15 de março, quatro dias depois da OMS ter decretado o Covid-19 como uma pandemia, Bolsonaro saiu ao espaço externo do Palácio do Planalto para cumprimentar manifestantes que se posicionavam a favor do seu governo e contrários ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁶. O caso ocorreu poucos dias após a publicação da portaria Nº 356 do Ministério da Saúde, que regulamenta as medidas de isolamento social previstas na Lei nº 13.979. A atitude do presidente foi vista com apreensão por grande parte das autoridades habilitadas a lidar com doença, contrariando as indicações do próprio Ministro da Saúde e dos atos institucionais do governo federal, com o agravante de que o próprio Bolsonaro estava sob suspeita de infecção, já que diversos membros da comitiva que o havia acompanhado em viagem aos EUA foram diagnosticados com a doença¹⁷.

Menos de uma semana depois da aparição pública do presidente nas manifestações em frente ao Palácio do Planalto foi sancionada a lei que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus. O agravamento da situação e as medidas em resposta a ela não abrandaram, entretanto,

16 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-compartilha-video-de-manifestacoes-veja-fotos-de-militantes/> (acesso em 04/04/2020).

17 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sobe-para-12-numero-de-pessoas-que-entraram-bolsonaro-e-estao-com-o-novo-coronavirus.shtml> (acesso em 04/04/2020).

o comportamento disruptivo do presidente e sua base de apoio¹⁸.

Em pronunciamento no dia 24 de março, Bolsonaro chamou a doença de “gripezinha”, reforçando o seu posicionamento de que, apesar da situação de calamidade, o isolamento social e a quarentena não poderiam continuar, devendo-se retomar as atividades nas escolas e no comércio¹⁹. O presidente passou a ser alvo de protestos, com “panelaços” que desde então vêm se repetindo em diversas cidades brasileiras, e de repreensão por parte de governadores²⁰ e do próprio Ministro da Saúde do seu governo²¹.

Com a restrição de mobilidade, diversos trabalhadores informais esperam alguma forma de auxílio que os permita sobreviver. Depois do governo federal aventar propostas que foram rapidamente rechaçadas – como a que autorizava empresas a afastarem seus funcionários por quatro meses sem pagamento de salários²² ou a que disponibilizava R\$200,00 mensais a trabalhadores informais²³ –, o Senado aprovou a proposta legislativa que estabelece o pagamento de uma renda básica emergencial que varia entre R\$600 e R\$1.200 mensais por três meses²⁴. Essa medida de transferência direta de recursos se soma a outras de disponibilização de créditos a micro e pequenas empresas por meio do BNDES, e à disponibilização pelo Banco Central de R\$ 1,2 trilhão para os bancos manterem a liquidez do sistema, embora isso não garanta

18 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/18/culpa-e-da-china-diz-eduardo-bolsonaro-embaixador-chines-repudia-e-exige-desculpas.ghtml>. (acesso em 04/04/2020).

19 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm> (acesso em 04/04/2020).

20 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-doria-tem-embate-em-reuniao-com-governadores,70003247201> (acesso em 04/04/2020).

21 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mandetta-a-bolsonaro-estamos-preparados-para-ver-caminhoes-do-exercito-transportando-corpos,70003252107> (acesso em 04/04/2020).

22 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm.

23 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/contrapandemia-governo-vai-distribuir-r-200-para-trabalhadores-informais.shtml> (acesso em 04/04/2020).

24 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-projeto-que-preve-r-600-mensais-a-trabalhadores-informais.ghtml> (acesso em 04/04/2020).



que esse valor será revertido aos cidadãos (PORTUGAL, 2020).

Enquanto não se estabelecem medidas claras e efetivas de combate às consequências sociais da disseminação do novo coronavírus, trabalhadores informais ficam sem uma solução que atenda às suas necessidades básicas. Soma-se a isso a ausência de quaisquer preocupações com outras demandas sociais urgentes. As desigualdades de gênero, já tão latentes em tempos de relativa normalidade, agravam-se na atual situação, seja pelo aumento de violência doméstica durante a quarentena²⁵, seja pela sobrecarga de trabalho feminino voltado à família²⁶, ou mesmo pelo aumento da exposição de mulheres à riscos no exercício profissional²⁷.

As populações indígenas, outro grupo social normalmente relegado a segundo plano pela administração pública, enfrentam, nesse novo cenário, dificuldades dobradas de acesso ao sistema de saúde, o que ocorre em decorrência da saída dos cubanos do Programa Mais Médicos, em 2018, e da demora do Governo Federal em tomar as medidas devidas para realizar o atendimento a esta população.

Diante desse quadro, é possível identificar que os primeiros dias de combate ao novo coronavírus no Brasil foram marcados por medidas conflitantes que revelam o quadro de instabilidade política instaurado no país. Os posicionamentos de Bolsonaro e de seu grupo de apoio não são condizentes com as recomendações de especialistas e órgãos internacionais, impondo um desafio a mais a ser enfrentado pela população brasileira e pelas demais lideranças políticas, instadas a agir para a atenuação das consequências desta pandemia.

Argentina

No dia 3 de março de 2020, pouco menos de três meses após Alberto Fernández assumir a presidência do país, o Ministro da Saúde, Ginés González García, foi a público anunciar que a Argentina havia registrado

25 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/coronavirus-denuncias-de-violencia-domestica-aumentam-e-expoem-impacto-social-da-quarentena/> (acesso em 04/04/2020).

26 Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres> (acesso em 04/04/2020).

27 Disponível em: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html (acesso em 04/04/2020).

seu primeiro caso do novo coronavírus: um cidadão argentino que chegou de Milão. O experiente Ministro, que é médico e já havia comandado a mesma pasta nos governos de Eduardo Duhalde (2002-2003) e Néstor Kirchner (2003-2007), não demonstrou muita preocupação: “é uma síndrome gripal com consequências menores que a gripe comum”, afirmou González García²⁸. Naquele momento, a Argentina tornou-se o terceiro país da América do Sul a registrar um caso de contaminação pelo novo vírus.

Fernández, que até então estava quase exclusivamente dedicado a encontrar soluções para a crise econômica na qual o país está inserido há alguns anos, precisou encarar uma inesperada emergência. A situação era especialmente complexa para Fernández pois, em 2018, o então presidente Mauricio Macri (2015-2019) extinguiu o Ministério da Saúde como tal, promovendo uma fusão com o Ministério do Desenvolvimento Social e criando o Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social. O ministério era comandado por Carolina Stanley, uma advogada sem histórico de atuação na área da saúde, e que ficou conhecida por declarar um aumento patrimonial aproximadamente 350% maior quando ainda era apenas Ministra do Desenvolvimento Social²⁹. A fusão foi revertida no primeiro dia de mandato do novo presidente, porém a reestruturação de uma pasta com tamanha importância não é algo fácil de ocorrer da noite pro dia.

Levando em conta os laços históricos e culturais que até hoje unem Argentina e Itália (DEVOTO, 2008), Fernández sabia que era questão de tempo para que outros casos surgissem em território nacional. Era preciso resolver uma equação delicada que deveria levar em conta o bem-estar da população e a tentativa de recuperação da economia nacional.

Quatro dias após o anúncio da chegada da pandemia à Argentina, o Ministério da Saúde confirmou a primeira morte em decorrência do novo coronavírus em território nacional: um senhor de 64 anos que havia viajado à França. A pressão sobre o presidente vinha de distintos lados e aumentava com o passar dos dias. Como

28 Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/conferencia-prensa-coronavirus-argentina-gines-gonzales-garcia-nid2339273> (acesso em 04/04/2020).

29 Disponível em: <https://www.cronista.com/economia-politica/Declaraciones-juradas-Stanley-es-la-ministra-con-mayor-crecimiento-patrimonial-Pena-el-mas-austero-20170728-0081.html> (acesso em 04/04/2020).



consequência, Fernández foi gradualmente elevando o nível das respostas à crise. O presidente então convocou uma reunião para o dia 15 de março, na Quinta de Olivos, sua residência oficial, com a participação de funcionários do governo, lideranças da oposição e especialistas sanitários. Horas depois, ele anunciou o fechamento provisório de escolas, cinemas, teatros e parques, assim como a interdição parcial das fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo em que destacou a importância de prevenir a circulação das pessoas para diminuir a velocidade do contágio, Fernández reiterou a necessidade de deixar os comércios de bairro abertos: “as pessoas têm que seguir consumindo”, afirmou o presidente, preocupado com os efeitos da pandemia para a economia³⁰.

Quatro dias depois, entretanto, Fernández mudou de opinião. No dia 19 de março, quando ainda eram três as vidas argentinas ceifadas pelo vírus e tampouco havia sido confirmado transmissão comunitária (o que viria a ocorrer no dia 23 de março), o chefe de Estado fez um pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e televisão, o mais importante desde a redemocratização, ocorrida em 1983. Cercado de governadores da oposição e governistas, o presidente anunciou uma medida enérgica: o isolamento social preventivo e obrigatório até o dia 13 de abril (dez dias depois o isolamento foi prorrogado até o fim da páscoa). Em um discurso claro e sereno, ele explicou que a partir da meia-noite do dia 20 de março, com apenas algumas exceções, todas as pessoas do país estavam proibidas de sair à rua sem um motivo. Ademais, todo comércio deveria fechar, exceto os mercados, farmácias e alguns outros poucos serviços essenciais.

Por fim, também foi anunciado que o governo tomaria algumas medidas econômicas excepcionais com intuito de minimizar os efeitos da pandemia no sistema produtivo e proteger os trabalhadores/as autônomos mais precarizados/as. Apesar de Axel Kicillof – governador da província de Buenos Aires e maior promessa de renovação do peronismo – ter afirmado que “não é preciso escolher entre a economia e a saúde”³¹, Fernández foi categórico: “entre a economia e a saúde,

escolhi a saúde”³².

Há quem critique Fernández pela rigidez das medidas adotadas. De um lado, cidadãos que, tocados pelas memórias da mais recente ditadura militar, guardam algum grau de desconfiança em relação à utilização das Forças Armadas e da Gendarmeria Nacional (força de segurança militarizada que opera sob o comando do Poder Executivo) nas ruas.

De outro lado, empresários preocupados com seus negócios. Para estes, o recado do presidente foi claro: “você ganharam tanto dinheiro na vida, juntaram uma fortuna que os põem entre os mais milionários do mundo; irmãos, colaborem desta vez, e façam isso com os que fizeram sua empresa ser grande, com os trabalhadores”³³. Não foram palavras ao léu: no dia 01 de abril, Fernández baixou um decreto proibindo a demissão sem justa causa. Como contrapartida, o Estado se comprometeu a pagar parte dos salários dos funcionários de pequenas e médias empresas.

É sabido que alguns grupos sociais estão sofrendo mais com a crise e o isolamento social. Aumentaram os casos de xenofobia contra a significativa comunidade asiática que vive em Buenos Aires, os pedidos de ajuda contra a violência doméstica cresceram em 60% e os trabalhadores da economia popular, mesmo com algum suporte financeiro oriundo do governo, buscam se organizar em redes de solidariedade para tentar garantir o básico para a sobrevivência³⁴.

Apesar das críticas existentes, a maioria da população e das elites políticas, incluindo a oposição, apoia o presidente e chancela a quarentena imposta pelo governo, aprovado por 93% da população, segundo pesquisa recente. Esse número sobe para 97% entre os que têm mais de 60 anos, considerados grupos de risco³⁵. Em suma, apesar dos muitos desafios encontrados, da gradual mudança de visão do presidente sobre a pandemia e das medidas rígidas que foram tomadas, Fernández conta com o suporte

32 Disponível em: <https://www.lapoliticaonline.com/nota/125370-alberto-entre-la-salud-y-la-economia-elegi-la-salud/> (acesso em 04/04/2020).

33 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/256273-mensaje-de-alberto-fernandez-a-los-empresarios-que-ganen-un-> (acesso em 04/04/2020).

34 Disponível em: <https://www.infobae.com/sociedad/2020/03/30/realizaron-un-ruidazo-contra-la-violencia-de-genero-y-los-femicidios/> (acesso em 04/04/2020).

35 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/255620-imagen-positiva-record-para-alberto-fernandez> (acesso em 04/04/2020).

30 Disponível em: <https://www.infobae.com/politica/2020/03/15/alberto-fernandez-anuncio-la-suspension-de-las-clases-por-15-dias-para-minimizar-la-circulacion-del-coronavirus/> (acesso em 04/04/2020).

31 Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/coronavirus-axel-kicillof-efectos-economicos-se-sentiran-nid2348583> (acesso em 04/04/2020).



da população, que entende ser necessário cumprir as recomendações da OMS.

Chile

Assim como na Argentina, o primeiro caso do novo coronavírus no Chile também foi detectado em sua capital, Santiago, em 3 de março de 2020. O infectado, um médico pediatra de 33 anos, retornou ao país em 25 de fevereiro e havia estado em Cingapura, Espanha, Ilhas Maldivas, Indonésia e Malásia com a sua esposa. Atualmente, há casos da enfermidade em todo o território nacional, até mesmo na Ilha de Páscoa, registrando, em 31 de março, um total de 2.738 pessoas, dentre as quais 12 faleceram e 156 estão recuperadas³⁶.

A pandemia ocorre em meio a maior crise política do Chile desde o retorno à democracia, em 1990. O chamado *estallido social* é marcado por uma série de mobilizações populares que foram iniciadas por estudantes contrários ao aumento das tarifas de transporte público em Santiago, e adquiriram contornos massivos a partir de 18 de outubro de 2019, o #18O, tendo como característica um profundo questionamento à ordem neoliberal instaurada durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1989) e consolidada pela Constituição de 1980, vigente até hoje no país. Na terceira nação mais desigual da América do Sul, atrás apenas do Brasil e da Colômbia, o sistema de proteção social é extremamente débil, a previdência é apenas privada e a educação em nível superior é paga³⁷.

Como uma tentativa de resposta a estas manifestações, os partidos políticos situacionistas e opositoristas do Congresso Nacional realizaram, em 16 de novembro de 2019, um “Acordo pela paz e por uma nova Constituição”³⁸. O pacto determinou a convocação pelo governo de um plebiscito nacional para definir sobre a elaboração de um novo ordenamento constitucional e jurídico para o país, bem como o mecanismo pelo qual, caso aprovado, o texto será redigido: uma Convenção Constitucional, análoga

a uma Assembleia Constituinte, ou uma Convenção Mista, conformada por 50% de parlamentares em exercício e 50% de pessoas eleitas exclusivamente para o processo³⁹.

Com a definição de sua realização para 26 de abril de 2020⁴⁰, desde então o mundo político e social do país esteve dedicado à elaboração de suas normas e à realização das campanhas contrárias ou favoráveis a uma nova Constituição. Em 3 de março de 2020, por exemplo, foi aprovada no Senado a paridade de gênero entre homens e mulheres em caso de uma Convenção Constituinte, o que seria um caso pioneiro no mundo⁴¹. No entanto, em decorrência do crescimento dos casos de coronavírus no Chile, o plebiscito foi adiado para 25 de outubro de 2020⁴².

Em 18 de março, o presidente Sebastián Piñera decretou estado de catástrofe por 90 dias e o início de quarentenas, aduanas e cordões sanitários em zonas específicas do país, com o objetivo de controlar a propagação do vírus. Em 22 de março, foi instituído o toque de recolher em nível nacional entre às 22:00 e às 05:00, para reduzir o contato social e facilitar a fiscalização das pessoas que devem cumprir a quarentena nacional obrigatória, como idosos/os de 80 anos ou mais. As aulas dos colégios e das universidades foram suspensas, e os eventos com mais de 50 pessoas foram proibidos por tempo indefinido, assim como a abertura de cinemas e teatros, bares, restaurantes e discotecas, ginásios e atividades esportivas. O governo anunciou, ainda, a destinação de quase US\$12 bilhões para atenuar os impactos econômicos provocados pela pandemia⁴³.

Com a interrupção das questões relacionadas ao processo constituinte, o Legislativo está elaborando um plano emergencial de apoio à população em que tem destaque a suspensão do pagamento de

36 Disponível em: <https://www.concierto.cl/2020/04/coronavirus-chile-3031-contagiados-16-fallecidos/>. (acesso em 04/04/2020).

37 Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/desigualdade-do-chile-elevada-mas-parecida-com-do-resto-do-continente-24036639> (acesso em 02/04/2020).

38 Disponível em: Ley 21.200 de 24 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1140340>. (acesso em 02/04/2020).

39 Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/acuerdo-por-una-nueva-constitucion-hoja-en-blanco-quorum-de-2-3-y-plebiscito-de-entrada-en-abril-2020_20191115/ (acesso em 02/04/2020).

40 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/pinera-convoca-para-dia-26-de-abril-plebiscito-para-reforma-da-constituicao-24161028> (acesso em 02/04/2020).

41 Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/democraciaabierta-pt/constituicao-chile-sem-mulheres-nunca-mais/> (acesso em 02/04/2020).

42 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/com-plebiscito-constitucional-adiado-movimentos-querem-manter-mobilizacao-no-chile> (acesso em 02/04/2020).

43 Disponível em: <https://www.gob.cl/coronavirus/plandeaccion/> (acesso em 02/04/2020).



luz, água, telefonia, internet e gás. O governo de Piñera não apoiou a iniciativa e optou por firmar um acordo com as companhias (à exceção da de gás) no qual as medidas supracitadas são aplicadas apenas aos 40% mais vulneráveis⁴⁴.

A sociedade civil, por sua vez, tem buscado outras formas de mobilização: um painel (*cacerozalo*) realizado em 20 de março de 2020⁴⁵ exigiu que o governo decretasse quarentena nacional, e as assembleias comunitárias, que aconteciam periodicamente nos territórios, foram substituídas por videoconferências. Fernando Atria, fundador do partido Força Comum e uma das lideranças políticas favoráveis a uma nova Constituição mais proeminentes do país, afirmou que a pandemia não é desfavorável ao contexto de mobilizações populares⁴⁶. Além da solidariedade necessária para enfrentar esta emergência, o contexto expõe as debilidades do serviço de saúde do Chile, criado durante a ditadura militar e composto por um sistema misto integrado pelo Fundo Nacional de Saúde (FONASA), público, e pelas Instituições de Saúde Previsional (ISAPRE), privada.

O governo do Chile destina os seus gastos de forma equitativa para ambos os sistemas, mas 80% da população está cadastrada no FONASA. Este percentual diz respeito justamente à população mais vulnerável, com tendência a ficar mais doente e desprotegida. Dentre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Chile é, em conjunto com o México e a Letônia, o país cujas famílias mais têm despesas com a saúde: a média sobe de 20,6% para 35,1%. Além disto, no ISAPRE, quanto maior a contribuição individual, maior a cobertura, reforçando as desigualdades no acesso às políticas de proteção social e as assimetrias decorrentes da ordem neoliberal existente no país⁴⁷. Em meio a crise, os planos

44 Disponível em: <https://www.latercera.com/pulso/noticia/camara-sigue-adelante-con-proyecto-que-congela-pago-de-servicios-basicos/IEAN62O2ZBH6FEPWS-LYEVQ5RAQ/> (acesso em 02/04/2020).

45 Disponível em: <https://www.nodal.am/2020/03/coronavirus-en-chile-gran-cacerolazo-exige-decretar-cuarentena-nacional-y-comunidad-cientifica-envia-carta-a-pinera/> (acesso em 02/04/2020).

46 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/com-plebiscito-constitucional-adiado-movimentos-querem-manter-mobilizacao-no-chile> (acesso em 02/04/2020).

47 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/24/a-dura-realidade-da-saude-publica-no-chile-se-voce-nao-tem-dinheiro-morre.ghtml> (acesso em 02/04/2020).

de saúde da ISAPRE ensaiaram realizar um ajuste de pelo menos 4,5% para entrar em vigor a partir de julho⁴⁸. No entanto, sob uma forte pressão do Congresso Nacional e após uma série de negociações com o governo, a medida foi congelada⁴⁹.

Em 2 de abril de 2020, Piñera promulgou a Renda Mínima Garantida, medida que entrará em vigor em meados de maio de 2020 e funcionará até dezembro de 2023. O benefício é uma das respostas do Legislativo e do Executivo ao *estallido social* e destina cerca de US\$70 a 700 mil pessoas, dentre as quais metade mulheres, que recebem um salário mínimo por mês⁵⁰. Frente à expansão da pandemia, o ambiente atual está voltado ao consenso entre os atores sociais e políticos e à atenuação das consequências do novo coronavírus no país. Não há indícios, no entanto, do impacto sobre o processo Constituinte, essencial para que os chilenos possam superar definitivamente o seu passado autoritário e reformular o seu sistema de proteção social, necessário não somente para o enfrentamento ao Covid-19, mas para as próximas situações de emergência social que, por seu caráter contingente, seguramente virão. o mediador regional.

Considerações finais

No atual contexto de crise sanitária global, a América do Sul teve a sorte de ser uma das últimas regiões do mundo a ser impactada pela pandemia do novo coronavírus. Ironicamente, tal condição tornou real a tão criticada frase usada por Karl Marx na introdução da sua famosa crítica da economia política: “o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 2013, p. 78). No que concerne a temporalidade da pandemia, o atraso em relação aos pa-

48 Disponível em: <https://www.latercera.com/pulso/noticia/senadores-de-oposicion-piden-al-gobierno-que-decrete-congelamiento-en-el-alza-de-los-planes-de-las-isapres/EE7XB5GQSNHB7A4YEPYZOGHD2M/> (acesso em 02/04/2020).

49 Disponível em: <https://www.latercera.com/pulso/noticia/como-se-gesto-el-acuerdo-del-gobierno-con-las-isapres-para-congelar-alza-de-planes/ZXPTWMO4Z-VFIVPD27QTKGAPFFE/> (acesso em 02/04/2020).

50 Disponível em: <https://www.latercera.com/pulso/noticia/presidente-pinera-promulga-ley-de-ingreso-minimo-garantizado-y-primer-pago-se-hara-a-partir-de-mayo/GNJ46763NFGZVOW3KL6SUSWEEI/> (acesso em 05/04/2020).



íses do Norte ofereceu à região a chance de engendrar um planejamento que poderia ter como base as experiências observadas nas áreas anteriormente afetadas, isto é, algumas províncias chinesas, a Coréia do Sul e a Europa ocidental. É sabido, por exemplo, que as ações levadas a cabo pelos governos sul-coreano, japonês e alemão obtiveram relativo êxito em comparação com as opções tomadas pelo governo italiano, país este onde o isolamento social, medida fundamental de combate à disseminação do vírus, foi adotado de forma tardia e parcial⁵¹.

Ao contrário do que poderíamos presumir, dada a vantagem temporal, a maioria dos governos sul-americanos deu respostas insuficientes e com atraso à crise de proporções colossais que estamos vivendo. É bem verdade que a América do Sul possui características econômicas e demográficas singulares e complexas, o que torna a tarefa do combate à pandemia especialmente adversa. Entretanto, ao compararmos os países da própria região, podemos notar diferentes níveis de engajamento e responsabilidade por parte dos governos. De um lado, podemos citar a Argentina e o Peru como países que minimamente buscaram cumprir as recomendações da OMS. De outro lado, temos Brasil e Equador como exemplos de países cujos governantes se mostraram descompromissados no combate ao novo coronavírus.

Em suma, passamos por um período que possivelmente é o mais árduo da história mundial recente. É exigido dos Estados, governos e sociedade um alto grau de sacrifício e planejamento estratégico. Vimos que, assim como no resto do mundo, as posições adotadas na América do Sul são heterogêneas: umas são mais alinhadas com as diretrizes da OMS enquanto outras são mais negligentes. Ao fim, percebemos que a conjuntura política vivida em cada país é variável fundamental na adoção das medidas necessárias, mas, especialmente no que toca à restrição da circulação de pessoas, aqueles países que adotaram medidas mais rigorosas acabaram por lograr, até agora, um maior controle da disseminação do vírus e, como consequência, do número de óbitos. Ao mesmo tempo, os projetos políticos que optaram por assegurar agilmente medidas de proteção social parecem apontar para um futuro menos tortuoso à população.

Referências

BLOFIELD, Merike. HOFFMAN, Bert. LLANOS, Mariana. (2020). Assessing the Political and Social Impact of the COVID-19 Crisis in Latin America. *GIGA Focus, Latin America*. Disponível em: https://www.giga-hamburg.de/en/system/files/publications/gf_lateinamerika_2003_en.pdf. Acesso em 05/04/2020.

CLOSS, Marília (2019). Uma proposta de cronologia para a Bolívia: um golpe em dois tempos”. *Horizontes ao Sul*. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/11/15/UMA-PROPOSTA-DE-CRONOLOGIA-PARA-A-BOLDVIA-UM-GOLPE-EM-DOIS-TEMPOS>. Acesso em 05/04/2020.

DEVOTO, Fernando (2008). *Historia de los italianos en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

MARX, Karl (2013). *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo.

NOBRE, Marcos (2019). O caos como método. *Revista Piauí*. Edição 115, abril, 2019.

PORTUGAL, Rodrigo (2020). A crise do covid-19 e as políticas econômicas emergenciais na América do Sul. *Horizontes ao Sul*. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/03/30/A-CRISE-DO-COVID-19-E-AS-POLITICAS-ECONOMICAS-EMERGENCIAIS-NA-AMERICA-DO-SUL>. Acesso+ em 05/04/2020.

51 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52090542> (acesso em 05/04/2020).



Mulheres em movimento(s) e o 8 de março na América do Sul

Giovanna Esther Zucatto
Pesquisadora do OPISA

Marília Closs
Pesquisadora do OPISA

Introdução

O 8 de março (8M) já é uma data consolidada no imaginário popular. Campanhas publicitárias, homenagens diversas e muitos presentes são as marcas da mercantilização do significado deste dia. No entanto, o 8M surge e se mantém até hoje como uma data de luta para as mulheres. Na América do Sul, não é diferente – de cima a baixo, a região se pintou colorida, mas não em buquês de flores: de roxa, a já tradicional cor das organizações feministas em enfrentamento à violência de gênero; e de verde, estampando os *pañuelos* que primeiro foram adotados na Argentina e se espalharam internacionalmente como símbolo da demanda pela legalização do aborto.

Mas não é apenas no mês de março que as mulheres sul-americanas se organizam coletivamente. A luta feminista na região é permanente e multitudinária. Do campo à cidade, as mulheres formam movimentos e resistências variados que se mantém mobilizados o ano todo. Neste breve artigo, abordaremos rapidamente os principais feminismos organizados na América do Sul, procurando ilustrar a variedade destes e suas formas de luta. Além disso, faremos um levantamento dos principais atos relativos ao 8M nos países sul-americanos, procurando apontar suas similitudes – entendendo que a violência patriarcal é um problema universal –, mas também as especificidades e a forma como os feminismos se colocam nas conjunturas políticas locais.

Feminismos na América do Sul

Na América do Sul ou em qualquer outra parte do mundo, não há um feminismo, mas múltiplos feminismos. São muitas correntes que divergem em termos de concepções de mundo, de valores, de perspectivas teóricas e de práticas individuais e coletivas. De em torno de cinco anos para cá, alguns feminismos passaram a ter mais visibilidade: feminismos que têm a internet e as redes sociais como

principal instrumento, construído sobretudo por mulheres jovens e de espaços urbanos. As agendas são múltiplas: de assédio sexual a pressões estéticas, de aborto a desigualdades salariais. Os coletivos são diversos, de caráter local, nacional ou internacional, e as principais formas de organização coletiva são as marchas de rua, cujo maior exemplo é justamente o 8 de março. Há algum tempo já se grita o tradicional “*alerta que camina la lucha feminista por América Latina*”.

Para que a demanda por equidade de gênero chegasse a estas mulheres, no entanto, muitas outras lutas foram construídas anteriormente e de outras formas. Primeiramente, pode-se citar a importância das vertentes feministas de população originária. Há séculos, mulheres indígenas organizam suas lutas, na América do Sul, a partir de suas agendas; conseqüentemente, a forma como pensam e se organizam contra as disparidades e desigualdades de gênero são não apenas múltiplas entre si, mas sobretudo absolutamente diferentes das formas de organização das mulheres nas cidades. Está no centro das lutas das mulheres indígenas as demandas por terra, pelo território, pelo direito às suas cosmovisões, aos seus idiomas, e, ainda, o próprio reconhecimento das mulheres indígenas enquanto sujeitos políticos.

Junto a isto, há formas de organização contra a violência de Estado – que, se contra populações originárias é genocida, contra mulheres de população originária é ainda mais complexa e perversa. Neste texto, chamaremos de “feminismos indígenas” sob risco de errar, já que, para muitas mulheres de população originária, o feminismo “não atende à totalidade de suas especificidades como mulheres indígenas e, portanto, não deve ser assumido como uma linguagem universal e única para expressar a luta contra as violências de gênero sofridas pelas mulheres” (BARBOSA, 2019, p. 211). Dentre milhares de nações de população originária que têm lutas ligadas às condições das mulheres, destaca-se a organização das mulheres mapuches no Chile e na Argentina, e de mulheres quechuas e aymaras na Bolívia.

O feminismo campestre também é histórico entre os movimentos sociais sul-americanos. Alguns dos maiores movimentos sociais do subcontinente, como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Via Campesina, têm construído sistematicamente movimentos de mulheres a partir de perspectivas de espaços rurais. As



agendas de gênero das mulheres camponesas são atravessadas por questões como trabalho, a relação campo vs. cidade, modelos de relação e exploração da terra pelo capital – o questionamento aos modelos extrativistas, por exemplo, está entre as principais agendas de organizações camponesas sul-americanas. A feminização da pobreza e as complexidades na divisão sexual do trabalho marcam a luta daquelas que há décadas gritam que têm direito à terra.

Dentre os diversos exemplos possíveis de organizações e resistências de mulheres do campo, vale lembrar da Marcha das Margaridas. A Marcha ocorre desde 2000 a cada quatro anos no Brasil, organizada por trabalhadoras rurais no 12 de agosto, quando se lembra e homenageia a vida da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada a mando de latifundiários na Paraíba, em 1983. Por isso, mulheres trabalhadoras rurais marcham nesta data, organizadas principalmente na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Diversos movimentos de mulheres de população originária e de mulheres do campo muitas vezes se enquadram dentro do que se chama de tradição feminista comunitária – ou seja, que não pensa o indivíduo, mas sim a comunidade enquanto agente central (PAREDES, 2016). Assim como estes movimentos operam a partir de lógicas próprias no que diz respeito à coletividade, também o fazem – e são diversos – os feminismos negros sul-americanos, sobretudo no Brasil e na Colômbia. Muitas vezes pautando a luta contra estruturas que são herança da violência colonial e da escravidão, mulheres negras vêm dizendo que, desde desigualdades socioeconômicas até a intensificação de aparatos estatais de genocídio contra populações negras, sobretudo com as polícias militarizadas, tudo isto é reflexo de opressões que se cruzam e se complexificam. A feminização e a racialização da pobreza, da vulnerabilidade e da violência na América Latina fizeram com que Lelia Gonzalez (1984), referência do feminismo negro brasileiro, falasse da importância de um feminismo afro-latino-americano – ou de mulheres amefricanas.

Pode-se observar, portanto, que existem diversos feminismos na América do Sul, que operam a partir de diferentes lógicas, que enxergam as disparidades de gênero a partir de diferentes visões e cosmovisões e,

consequentemente, constroem e organizam suas práticas coletivas e seus repertórios de forma múltipla. Alguns eixos estruturantes parecem atravessar estes movimentos, ainda que o façam de formas diferentes: seu padrão de relação com terra/território, seja com centros urbanos ou com espaços rurais, a forma como o capital em suas diversas formas entra nesta relação agente vs. território, e a forma como o Estado relaciona com as diferentes atrizes políticas. Todas estas agendas são pensadas a partir de sua generificação. É justamente por isso que cada vez mais se fala de feminismos decoloniais: feminismos que pensam as realidades a partir das chaves de modernidade e colonialidade, que se organizam a partir de atravessamentos não só de gênero, mas também de raça, classe e trabalho, e que refletem em contraposição a um feminismo eurocêntrico e branco que se pretende universal (LUGONES, 2010; SEGATO, 2012).

A feminista argentina Maristella Svampa afirmou que “o feminismo, mais que um movimento social, é a sociedade em movimento” (2019, n.p.). Hoje, se se observam os feminismos sul-americanos, pode-se notar que a forma como gênero tem sido pensado pelas mulheres está relacionada a diversos temas estruturantes. Afinal, as mulheres sul-americanas já dizem: pensar democracia, neoliberalismo, violência e trabalho no Sul Global é pensar nas condições de vida e morte das mulheres.

8M: as mobilizações nos diferentes países da região

A participação de mulheres na políticaAs manifestações do 8M na América do Sul foram atravessadas pelas tradicionais pautas de enfrentamento à violência patriarcal, escancarada nos dados sobre feminicídio na região, e da legalização do aborto. Os *pañuelos* verdes, primeiro empregados pelas argentinas, se espalharam para os outros países, tornando-se símbolo internacional de luta feminista contra a criminalização da interrupção da gravidez. Localmente, os atos foram marcados por um descontentamento crescente com os governos e por demandas de melhora na qualidade de vida. É notável que a maioria dos governos latino-americanos carece de uma perspectiva de gênero para desenhar seus programas de governo e poucas vezes se interessam em legislar a favor das mulheres¹.

1 Disponível em: <<https://elpais.com/sociedad/2020-03-08/america-latina-se-prepara-para-el-8m>>



Na Argentina, o 8 de março girou em torno do debate sobre a legalização do aborto. O presidente argentino, Alberto Fernández, anunciou recentemente que uma das prioridades de seu governo será a aprovação de uma lei que descriminalize a interrupção da gravidez – o projeto deve ser submetido uma vez que a situação em relação ao coronavírus se normalize –, o que tem mobilizado o debate público no país. No domingo, a Igreja Católica reuniu uma multidão em frente à Basílica de Luján, a cerca de 80km do centro de Buenos Aires, em uma missa contra o aborto. Do outro lado, organizações feministas organizaram um *pañuelazo* em frente à Catedral de Buenos Aires, em defesa da legalização. Na segunda-feira, 9 de março, foi convocada uma greve nacional de mulheres. Diversos atos aconteceram nas principais cidades do país, abraçando também as pautas da igualdade laboral entre homens e mulheres e demandando medidas contra o feminicídio, evocando a campanha do *Ni Una Menos*².

No Brasil, os atos tiveram início já na sexta-feira, dia 07, e se estenderam até a segunda-feira. O fio central dos protestos foram as críticas ao governo de Jair Bolsonaro, tanto pelo seu caráter misógino quanto pelo ataque promovido aos direitos sociais e trabalhistas. Outra tônica importante dos atos foi em memória da vereadora Marielle Franco. Diversas mulheres levaram girassóis – o símbolo do instituto que foi fundado em seu nome – e protestou-se não só pelo esclarecimento do assassinato, mas também em demonstração à continuidade de seu legado político. Além disso, as mobilizações tiveram caráter interseccional, levantando pautas como o enfrentamento ao racismo e ao preconceito contra pessoas LGBTQTs³.

A oposição ao governo estabelecido também foi a principal bandeira das mobilizações do 8M na Bolívia. As mulheres bolivianas que se organizaram na data, protestaram contra o golpe de Estado e as

-mas-multitudinario.html> (acesso em: 28 mar 2020).
2 O Ni Una Menos é um movimento feminista multitudinário iniciado na Argentina, em 2015, contra a violência de gênero, especialmente o feminicídio. Ganhou força em 2016, na esteira de protestos convocados após casos de feminicídios que ganharam grande notoriedade no país.

3 Disponível em: <<https://elpais.com/sociedad/2020-03-08/america-latina-se-prepara-para-el-8m-mas-multitudinario.html>> (acesso em: 28 mar 2020) e em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/07/8-de-marco-veja-os-eventos-que-convocam-mulheres-as-ruas-no-brasil.htm>> (acesso em 31 mar 2020).

políticas repressivas – através de perseguições e execuções desde novembro do ano passado – levadas a cabo pelo mandato de Jeanine Áñez⁴. No Equador, de maneira similar, além de evocar as desigualdades de gênero, as manifestantes se opuseram à violência empregada na repressão às mobilizações de 2019⁵. Na Venezuela, o tema central foi o feminicídio, mas a violência estatal, em suas diferentes formas, também foi lembrada: “O Estado não me protege, quem me protege são as minhas amigas”, era possível se ler em um dos cartazes empunhados na capital, Caracas. O ato foi contido pelas forças policiais que o classificaram como um protesto político⁶.

A indignação das mulheres tem sido um dos eixos centrais dos protestos contra o governo de Sebastian Piñera, no Chile. Desde o início das mobilizações, surgiram denúncias de abuso sexual por parte das forças de repressão contra manifestantes. Frente a isso, organizações feministas têm convocado manifestações cada vez mais numerosas, colocando suas pautas entre as prioritárias, incluindo a questão da paridade de gênero em uma possível Assembleia Constituinte. A performance “Un violador en tu camino”, criada pelo coletivo chileno Lastesis, tornou-se um dos grandes símbolos internacionais de protesto contra a violência machista. Na esteira dessas mobilizações, os atos referentes ao 8M no país reuniram cerca de 2 milhões de pessoas. Na capital, Santiago, mais de 100 mil mulheres foram às ruas – 500 mil de acordo com as organizadoras –, tendo como ponto de encontro a Praça Itália, local já tradicional de reunião dos manifestantes⁷.

Na Colômbia, a pauta central do 8M foi a legalização do aborto. No início de março, o Tribunal Constitucional do país rejeitou a legalização do aborto até as primeiras 16

4 Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/251633-el-feminismo-se-le-planta-al-gobierno-de-facto-en-bolivia>> (acesso em 31 mar 2020).

5 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/mulheres-turbinam-protestos-com-dois-dias-de-ato-e-greve-na-america-latina.shtml>> (acesso em 28 mar 2020).

6 Disponível em: <<https://elpais.com/sociedad/2020-03-08/america-latina-se-prepara-para-el-8m-mas-multitudinario.html>> (acesso em: 28 mar 2020).

7 Disponível em: <<https://elpais.com/sociedad/2020-03-08/america-latina-se-prepara-para-el-8m-mas-multitudinario.html>> (acesso em: 28 mar 2020) e em: <<https://www.dw.com/es/mujeres-de-am%C3%A9rica-latina-se-movilizan-en-el-d%C3%ADa-internacional-de-la-mujer/a-52685625>> (acesso em 31 mar 2020).



semanas de gravidez, mantendo a legislação atual que permite a interrupção da gravidez se a vida da mãe correr risco, se o feto sofrer de má formação ou se for resultante de um estupro⁸. Os atos nas maiores cidades do país levantaram a bandeira contra o feminicídio e a violência sexual; alguns grupos de mulheres também trouxeram reivindicações de políticas mais consistentes de reintegração à sociedade e à política para as ex-combatentes que abandonaram as armas no contexto do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC)⁹. No Peru, o ato feminista aconteceu no sábado e reuniu cerca de 10 mil mulheres em Lima. A convocatória teve como lema “Trabajadoras, sí: explotadas y violentadas, no”, evocando a violência de gênero e o feminicídio, e demandando melhores condições de trabalho e igualdade salarial¹⁰.

Considerações finais

O 8 de março de 2020 foi a última data marcada por grandes atos na América do Sul antes do avanço da pandemia do coronavírus. O dia de luta encheu a rua com marchas e protestos, com um público predominantemente jovem e com agendas variadas, mas que teve, na legalização do aborto, uma ênfase específica. Na América do Sul, o único país que adotou essa legislação foi o Uruguai, em 2012, e o restante dos países mantém legislações bastante retrógradas na matéria. Se a luta feminista ganha cada vez mais corpo, os desafios seguem enormes.

O cenário hoje é bastante difícil para o avanço das pautas em prol da equidade de gênero na América do Sul: com a pandemia, o cenário parece ser o de centralização de poderes, abrindo espaço para o crescimento de autoritarismos e de militarização da política. Além disso, o avanço na crise econômica torna a situação ainda mais complexa para as mulheres, já que o grau de feminização da

pobreza é enorme na região. Está claro, no entanto, que há muita organização feminista na América do Sul – e que os movimentos, cada vez mais, pautam que gênero está ligado a diversas outras agendas, como neoliberalismo, democracia e trabalho. A construção da saída da crise atual, que é sanitária, securitária e também uma crise de economia política, só será efetiva se levar em conta a condição das mulheres do Sul Global.

Referências

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. *NORUS: novos rumos sociológicos*, Pelotas, v.7, n.11, 2019.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, Cuernavaca, v. 25, n. 4, 2010.

PAREDES, Juelita. O feminismo comunitário é uma provocação. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas, 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao-queremos-revolucionar-tudo>. Acesso em: abril/2020.

SEGATO, Rita a. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos*, Coimbra, n. 18, 2012.

SVAMPA, Maristella. Entrevista realizada pela *Revista Amazonas*, 2019. Disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/2019/02/19/maristella-svampa-sociologa-argentina-el-feminismo-mas-que-un-movimiento-social-es-la-sociedad-en-movimiento/>. Acesso em: abril/2020.

8 Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/03/tribunal-constitucional-da-colombia-rejeita-legalizacao-do-aborto-nas-primeiras-16-semanas.ghtml>> (acesso em 31 mar 2020).

9 Disponível em: <<https://www.colombiainforma.info/8m-estallido-feminista-en-colombia/>> (acesso em 28 mar 2020) e em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/mulheres-turbinam-protestos-com-dois-dias-de-ato-e-greve-na-america-latina.shtml>> (acesso em 28 mar 2020).

10 Disponível em: <<https://elpais.com/sociedad/2020-03-08/america-latina-se-prepara-para-el-8m-mas-multitudinario.html>> (acesso em: 28 mar 2020).



Monitor Eleitoral

A petroleira e o presidente: o caso da crise democrática na Guiana

Ghaio Nicodemos
Pesquisador do OPISA

Introdução

Um país com pequeno território e população de cerca de 800 mil habitantes vislumbra a possibilidade de um enorme salto econômico, com o crescimento do PIB projetado de 86% em 2020¹ e a expectativa de que até 2025 a economia cresça entre 300% e 1.000%. Essa é a história recente da Guiana, país sul-americano que, desde as sucessivas descobertas de jazidas de petróleo em sua costa, em 2015, deposita grande confiança na prosperidade futura oriunda da exploração dos hidrocarbonetos. Viabilizada a prospecção, existe a expectativa de que o país atinja a produção diária de 750 mil barris de petróleo.

Entretanto, em meio ao cenário de perspectivas econômicas positivas, a Guiana vem enfrentando incertezas políticas, que culminaram com o questionamento dos resultados das eleições gerais, realizadas em março de 2020. O presidente David Granger, eleito em 2015 e reeleito em 2020, pela Aliança para a União Nacional (APNU), representou para a política guianesa a ruptura de um ciclo de vinte e dois anos de comando do Partido Progressista do Povo (PPP), mas hoje é pivô de acusações de fraude e manipulação das regras eleitorais em favorecimento próprio.

Este artigo pretende revisitar a trajetória recente da Guiana, a partir de 2015, com as descobertas de petróleo no território do país pela petroleira estadunidense ExxonMobil e com o início do primeiro mandato presidencial de David Granger, mostrando como ambas as questões se cruzaram. Abordaremos dois momentos: de 2015 a 2018, com as sucessivas descobertas de petróleo no país e a capitalização política por parte do governo; e entre 2018 e 2020, quando

1 Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/11/04/guyana-the-imf-thinks-this-country-will-see-growth-of-86percent-in-2020.html> (acesso em 20/02/2020); <https://oglobo.globo.com/economia/vizinha-do-brasil-guiana-deve-crescer-865-em-2020-segundo-fmi-24167419> (acesso em 20/02/2020); <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51118055> (acesso em 20/02/2020).

uma crise política se estabeleceu diante das incertezas sobre a exploração de jazidas no país e a recente reeleição contestada de David Granger.

Alguns apontam que a clivagem do eleitorado por questões étnicas (herdadas do passado colonial britânico) tem sido catalizadora do conflito democrático: aproximadamente metade da população tem ascendência africana e a outra metade tem ascendência indiana. Os dois partidos com representatividade política refletem essa divisão, em que o opositorista PPP representa os interesses dos indo-guianenses, e o partido situacionista APNU, do presidente David Granger, representa os afro-guianenses².

O boom do petróleo: a parceria entre David Granger e a ExxonMobil

David Granger, eleito pelo Parlamento para assumir a presidência da Guiana em 2015, com maioria apertada, rompeu com 22 anos de predomínio do Partido Progressista do Povo (PPP), que representa os indo-guianenses. Seu partido, o Aliança para a União Nacional (APNU), alinhado aos afro-guianenses, conquistou 26 das 65 cadeiras do Parlamento nacional, porém, através de uma coalizão com o Aliança para Mudança (AFC), com 7 cadeiras, conquistou maioria apertada de 33 cadeiras, contra as 32 cadeiras restantes sob o Partido Popular do Povo (PPP), suficiente para garantir a governabilidade.

No mesmo ano, a petroleira estadunidense ExxonMobil, presente desde 2008 na Guiana pela subsidiária Esso Exploration and Production Ltd., anunciou a descoberta de reservas de petróleo offshore a 120 milhas da costa do país³, no Staebroek Block. Iniciava-se um agressivo projeto de investimentos, no qual a ExxonMobil, com vistas a assegurar vantagens sobre os direitos de prospecção do petróleo no país, buscou a assinatura de um acordo entre a empresa e o governo, em 2016. Com a descoberta de sucessivos poços desde 2015 e a expectativa de sua rentabilidade, a Guiana viu seus indicadores econômicos serem favorecidos pela presença da empresa no país, e a Exxon Mobil, por sua vez, viu o valor de mercado de

2 Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,governar-a-guiana-virou-um-bom-negocio,70003223263> (acesso em 22/02/2020).

3 Disponível em: <https://news.exxonmobil.com/press-release/exxonmobil-announces-significant-oil-discovery-offshore-guyana> (acesso em 23/02/2020).



suas ações dispararem⁴. Entre 2015 e 2020, cerca de 16 poços foram descobertos no país, elevando as apostas políticas de David Granger quanto à exploração dos hidrocarbonetos, e as da ExxonMobil de marcar posição no país, uma vez que as reservas de petróleo descobertas na Guiana representavam 15% do volume de todas as novas jazidas descobertas no mundo, no quinquênio⁵.

A partir de então, a Guiana entrou no radar político de organismos internacionais e de outras nações. Em 2017, David Granger visitou o Brasil e assinou acordos de cooperação com o então presidente Michel Temer, para a construção de uma rodovia conectando ambos os países⁶. A expectativa era ampliar a presença brasileira na região de Essequibo, disputada pela Guiana e pela Venezuela, como forma de reafirmar a soberania guianesa sobre aquela região e negociar uma possível participação da estatal brasileira Petrobras na exploração de petróleo no país⁷, o que não foi concretizado dadas as investigações de corrupção envolvendo a empresa brasileira⁸. Trindade e Tobago,

outro país próximo, ofereceu a capacidade de refino de petróleo instalada em seu território como alternativa para o beneficiamento dos hidrocarbonetos, buscando maior aproximação entre os governantes e ganhos econômicos ao participar da cadeia produtiva do petróleo⁹. México e China também se candidataram como possíveis parceiros do governo guianense¹⁰.

Organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento foram colaboradores de primeira hora ao país, oferecendo linhas de crédito especiais à Guiana¹¹. Com o fluxo constante de investimentos via FMI e via petroleiras, sobretudo a ExxonMobil, o governo da Guiana foi capaz de implementar uma sucessão de medidas populares, como o aumento salarial de professores, investimentos nas universidades e, principalmente, projetos infraestruturais, como a mitigação das recorrentes enchentes na capital Georgetown.

A ascendente popularidade de David Granger parecia não encontrar nenhuma ameaça. Contudo, sua aprovação começou a despencar com o vazamento dos termos do contrato assinado com a ExxonMobil, que concedia isenções fiscais à empresa¹². A instabilidade fez com que o FMI recomendasse a criação de leis protetivas ao fundo soberano do petróleo, como medida para aumentar a transparência e a prestação de contas do governo sobre os gastos e investimentos relacionados às atividades do setor de óleo e

4 Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-07-21/exxon-s-guyana-oil-find-may-be-worth-12-times-the-nation-s-gdp> (acesso em 24/02/2020); <https://www.forbes.com/sites/dylanbad-dour/2020/01/27/massive-guyana-oil-find-continues-to-grow-with-fresh-exxon-discovery/#4411790c2781> (acesso em 24/02/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2017/07/26/exxon-finds-more-oil-offshore-guyana/> (acesso em 24/02/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2017/07/29/guyanas-oil-find-estimated-at-2-7b-barrels-of-oil/> (acesso em 24/02/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2018/01/06/exxon-announces-largest-oil-find-to-date-in-stabroek-block/> (acesso em 24/02/2020).

5 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2017/08/Conjuntura-Latitude-Sul-n.7-Julho-2017.pdf> (acesso em 01/03/2020).

6 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2018/01/Conjuntura-Latitude-Sul-n.12-Dezembro-2017.pdf> (acesso em 01/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2018/10/31/guyana-brazil-mou-to-improve-cooperation-in-aviation/> (acesso em 01/03/2020).

7 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-faz-reuniao-com-presidente-da-guiana-e-depois-participa-de-cupula-do-merc-sul,70002127581> (acesso em 01/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2017/12/22/brazil-ready-for-investments-in-guyanas-oil-sector/> (acesso em 01/03/2020).

8 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/05/13/because-of-oil-giants-bad-history-there-must-be-no-secret-deals-with-govt-officials-and-petrobras-dr-jan-mangal/> (acesso em 01/03/2020).

9 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2017/12/30/tt-makes-formal-request-to-refine-guyanas-oil-trotman/> (acesso em 01/03/2020).

10 Disponível em: <http://demerarawaves.com/2018/10/01/mexico-shares-oil-industry-safety-expertise-with-guyana/> (acesso em 02/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2018/10/31/guyana-china-mou-signals-unfettered-partnership-in-every-possible-area-including-but-not-limited-to-road-railway-networks-bridges-civil-aviation-maritime-transport-harbors/> (acesso em 02/03/2020).

11 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/05/19/energy-dept-attracts-us21m-loan-from-idb/> (acesso em 02/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2019/04/03/guyanas-oil-gas-sector-secures-us20m-loan-from-world-bank/> (acesso em 02/03/2020).

12 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2017/12/09/govt-appears-to-have-deliberately-deceived-the-nation-tigi/> (acesso em 21/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2017/01/08/transparency-and-accountability-president-david-granger-still-has-unfinished-business/> (acesso em 21/03/2020).



gás no país¹³.

Prospecção adiada, desconfiança e eleições: como o presidente guianense manobrou a democracia e as expectativas econômicas

A demora na viabilização de poços de petróleo acarretaria um crescimento da desconfiança popular e intensificação das ações do partido de oposição, o PPP. Em decorrência disto, no dia 21 de dezembro de 2018, o parlamento da Guiana votou uma moção de não-confiança ao presidente, apresentada pelo PPP, na qual o resultado aguardado era de não aprovação, visto que a coalizão de governo de Granger tinha 33 dos 65 assentos no legislativo, frente aos 32 assentos do partido oposicionista¹⁴. Entretanto, um dos parlamentares aliados, filiado à AFC, Charandrass Persaud, votou contra as orientações da liderança de seu partido, apoiando a moção contra o presidente. O parlamentar da coalizão governista foi acusado de traição e deserção, sofrendo ameaças e acusações de recebimento de propina para apoiar a moção do PPP¹⁵.

Com a aprovação da moção, o governo da Guiana tinha o prazo constitucional de até três meses para convocar novas eleições, com prorrogação admissível apenas com a aprovação de dois terços do Legislativo. Muitos contavam com o afastamento imediato da deposição presidencial, como o posicionamento do primeiro-ministro à época parecia sinalizar¹⁶.

Todavia, o presidente David Granger recorreu em todas as instancias para obstruir a moção e evitar a convocação de novas eleições, posicionamento este que desencadeou ondas de protestos e manifestações ao longo de 2019. O caso chegou à Corte Caribenha de Justiça, levado pelo mandatário, sob o argumento de que seriam necessários 34 votos para a aprovação da moção¹⁷. A CCJ decidiu pela validade da

13 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2018/01/05/new-law-needed-to-protect-sovereign-wealth-fund-imf/> (acesso em 21/03/2020).

14 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48248559> (acesso em 25/03/2020).

15 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2018/12/25/the-no-confidence-vote-i-rejected-ram-jattans-offer-of-police-protection-charandass-persaud/> (acesso em 26/03/2020).

16 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/12/22/world/americas/guyana-government-falls.html> (acesso em 26/03/2020).

17 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-guyana-politics/guyana-government-to-challenge-no->

moção de não-confiança em 18 de junho de 2019¹⁸, cobrando imediato estabelecimento do processo eleitoral, indicando que não declarar novas eleições faria com que a permanência de David Granger no cargo de presidente fosse um desrespeito à constituição do país. Os membros do PPP passaram a demandar o cumprimento do prazo limite de 18 setembro de 2019¹⁹, contado a partir da decisão definitiva da CCJ sobre a validade da moção de não confiança. Por sua vez, o presidente alegou aos opositores que não poderia cumprir o prazo constitucional estabelecido, visto que a Comissão Eleitoral da Guiana (GECOM) havia sido empossada apenas em 30 de julho de 2019.

Com a posse de Claudette Singh como presidente da GECOM²⁰, ampliou-se o tempo até um reestabelecimento da normalidade democrática, dado que o recadastramento de eleitores atrasou mais ainda o processo. Novo adiamento foi realizado, em setembro, quando foi declarada a impossibilidade de recadastrar todos os eleitores até o prazo constitucional de três meses, desta vez dando como a data definitiva para as eleições o dia 02 de março de 2020. Com base em lacunas na Constituição que estabelece que, até novas eleições serem realizadas, o governo permanece, David Granger declarou que permaneceria como governante provisório²¹.

confidence-vote-in-court-idUSKCN1OX1WD (acesso em 26/03/2020).

18 Disponível em: <https://ccj.org/wp-content/uploads/2019/06/Press-Release-CCJ-Affirms-Guyanas-No-Confidence-Motion.pdf> (acesso em 27/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2019/06/20/failure-to-call-elections-in-three-months-will-demonstrate-disrespect-for-constitution-ccj-ruling-ramson/> (acesso em 27/03/2020); <http://guyanachronicle.com/2019/06/18/no-confidence-motion-validly-passed> (acesso em 27/03/2020).

19 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/07/21/opposition-pushes-for-cabinet-resignation-no-parliament-and-elections-by-sept-18/> (acesso em 28/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2019/07/27/ppp-stages-countrywide-protests-against-house-to-house-registration-intensifies-call-for-elections-by-september-18/> (acesso em 28/03/2020).

20 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/07/21/opposition-pushes-for-cabinet-resignation-no-parliament-and-elections-by-sept-18/> (acesso em 28/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2019/07/27/ppp-stages-countrywide-protests-against-house-to-house-registration-intensifies-call-for-elections-by-september-18/> (acesso em 28/03/2020).

21 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/07/14/govt-accepts-caretaker-status-will-restrain-exercise-of-legal-authority/> (acesso em



Novamente, duras críticas foram direcionadas ao adiamento do processo eleitoral, e a oposição acusou o presidente Granger de não apenas conseguir prolongar seu tempo no cargo desde a moção legislativa, como por manipular as regras do jogo democrático, na expectativa de que a viabilização dos poços de petróleo recuperaria sua popularidade²². Diversos países, como os EUA, União Europeia, e sobretudo o Reino Unido, acusaram o mandatário de não possuir legitimidade constitucional para permanecer na liderança do país, e afirmaram que o adiamento eleitoral era inconstitucional²³. Os representantes destes países demandaram que fossem realizadas eleições imediatamente, sob pena de cortes no financiamento ao desenvolvimento. Com o anúncio formal da data das eleições, o discurso crítico foi abrandado, com saudações ao pleito eleitoral e a oferta de assistência para assegurar o cumprimento do prazo²⁴.

Fraude eleitoral? A reeleição de David Granger entre a desconfiança nacional e internacional

Em janeiro de 2020, próximo às eleições programadas para março, a empresa petroleira anunciou que as reservas estimadas do país eram de 8 bilhões de barris. Uma firma de consultoria destacou que a produção de petróleo no país poderia atingir cerca de 1,2 milhões de barris por dia. O FMI projetou que a Guiana teria um crescimento de 85% no produto interno bruto em 2020, em decorrência das receitas do petróleo.

Frente às disputas e desconfianças, quer de favorecimento político a ExxonMobil, ou de uso indevido da máquina pública e manipulação de informações para a reeleição de David Granger, o Banco Mundial apresentou uma linha de crédito para o país, visando cooperar no estabelecimento de dispositivos de governança e transparência (29/03/2020).

22 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-guyana-politics/diplomats-declare-guyana-govern-ment-in-breach-of-constitution-as-first-oil-looms-idUSKBN1W42OG> (acesso em 29/03/2020).

23 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/09/19/breaking-news-proposed-february-2020-date-for-elections-in-breach-of-constitution-above-countries/> (acesso em 29/03/2020).

24 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2019/09/27/elections-will-be-held-on-march-2-granger-clarifies/> (acesso em 29/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2019/09/28/us-uk-eu-welcome-march-2-elections-date-offer-help/> (acesso em 29/03/2020).

mais eficientes²⁵. Assim, o escritório de advocacia de Hunton Andrews Kurth revisou a Lei de Exploração e Produção de Petróleo, o que também provocou novas críticas, referente a um possível conflito de interesses. O reconhecido escritório tem entre seus principais clientes a petroleira ExxonMobil, que é entendida por muitos como causadora da crise política no país, ajudando a ampliar a desconfiança da oposição.

Às vésperas da eleição, defensores do governo apontavam que talvez fosse mais sensato ignorar as acusações e permitir o reestabelecimento do governo Granger, visto a trajetória recente de crescimento econômico e medidas como a redução do desemprego²⁶. O partido reiterou a narrativa de que a moção de não confiança era fruto da traição de seu aliado, o deputado Charandross Persaud, e não deveria encontrar respaldo nas urnas, na medida em que as últimas aprovariam o presidente em exercício.

Com a votação realizada no dia 2 de março de 2020, os resultados apurados deram a reeleição de David Granger por 50,30% dos votos, o que novamente garantiu à coalizão de seu partido 33 das 65 cadeiras do legislativo²⁷. Com isso, agravou-se a desconfiança no processo democrático e intensificaram-se as acusações de fraude e de manipulação das regras eleitorais em favorecimento próprio²⁸.

Suspeitas de fraude nas urnas da Região 4 (onde fica a capital Georgetown) fizeram com que fosse exigida recontagem pelo partido de oposição, PPP, e por entidades como a Organização de Estados Americanos (OEA) e a Commonwealth²⁹. O presidente em

25 Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2020/mar/08/world-bank-accused-over-exxon-mobil-plans-to-tap-guyana-oil-rush> (acesso em 30/03/2020).

26 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2020/02/28/it-would-be-wise-for-the-guyanese-electorate-to-return-president-granger-and-the-coalition-to-government/> (acesso em 30/03/2020).

27 Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-51775111> (acesso em 30/03/2020); <https://www.economist.com/leaders/2020/03/19/guyanas-dodgy-poll-is-all-about-oil> (acesso em 30/03/2020); <https://www.nytimes.com/2020/03/05/world/americas/guyana-elections-oil.html?searchResultPosition=3> (acesso em 31/03/2020).

28 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2020/03/28/a-democracy-under-threat-long-before-the-elections/> (acesso em 31/03/2020); <https://www.kaieteurnews.com/2020/03/28/sanctions-are-coming/> (acesso em 31/03/2020).

29 Disponível em: <http://demerawaves.com/2020/03/16/commonwealth-oas-welcome-general>



exercício solicitou a ajuda da Comunidade do Caribe (Caricom) para supervisionar a recontagem dos votos. O secretário em exercício do Escritório para Assuntos do Hemisfério Ocidental, subordinado ao Departamento de Estado dos EUA, convocou o embaixador guianense nos Estados Unidos para prestar esclarecimentos sobre o processo eleitoral, reiterando que o país não legitimará a eleição presidencial e o governo estabelecido³⁰. Medidas sanitárias, adotadas por questões de saúde pública para a contenção ao Covid-19, como a descontaminação dos locais onde ocorrerá a recontagem de votos³¹, vem adiando a apuração efetiva das urnas na Região 4.

Conclusão: qual futuro para a Guiana?

O cenário dos lucros futuros do petróleo mudou radicalmente no início do mês de março de 2020, com a disputa iniciada pela Arábia Saudita com a Rússia pela adoção de um distanciamento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que derrubou o preço do barril do petróleo no mercado internacional³². Isto acarretou uma piora das estimativas de crescimento econômico da Guiana, agravado ainda pela queda do consumo global por conta da emergência internacional do Covid-19. A empresa ExxonMobil vem experimentando queda acentuada na sua lucratividade global e está repensando os seus investimentos, o que pode ameaçar as atividades de prospecção na Guiana³³. Projetos bilionários da empresa em outros países, como Moçambique³⁴, parecem estar por um fio.

Desdobramentos negativos frente a

-elections-vote-recount/(acesso em 31/03/2020).

30 Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2020/03/26/news/guyana/us-summons-guyana-ambassador-to-warn-against-illegal-swearing-in/> (acesso em 01/04/2020).

31 Disponível em: <https://www.telesureenglish.net/news/guyana-votes-recount-suspended-once-again-20200317-0002.html> (acesso em 01/04/2020).

32 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/por-que-a-arabia-saudita-comecou-uma-guerra-mundial-do-preco-do-petroleo.shtml> (acesso em 01/04/2020).

33 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/petroleiras-devem-reduzir-investimentos-em-30-por-coronavirus-queda-no-preco-do-petroleo-24324340> (acesso em 01/04/2020).

34 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-exxon-mobil-mozamb/exclusive-coronavirus-gas-slump-put-brakes-on-exxons-giant-mozambique-lng-plan-idUSKBN2173P8> (acesso em 01/04/2020).

crise democrática também são esperados em relação à questão de Essequibo³⁵. Desde 2017, as relações entre Venezuela e Guiana não correm bem, e as reivindicações venezuelanas na região fronteira se intensificaram por conta das reservas de petróleo no local³⁶. Existe, ainda, preocupação com as ameaças de sanções por parte dos EUA e do Commonwealth³⁷.

A crise política no país não parece que será resolvida no curto prazo, e a conjuntura global pode atuar como um impulsionador extra para o conflito entre o grupo político liderado por David Granger e a oposição cada vez mais assertiva do PPP, que declara Irfaan Ali o presidente legitimamente eleito, mesmo sem a recontagem ter sido realizada. O presidente em exercício ainda se apresenta hostil frente às críticas da comunidade internacional, afirmando a soberania nacional frente as ameaças de sanções, o que compromete relações do país com aliados de longa data na região e no mundo³⁸.

35 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2020/03/27/loss-of-democracy-could-result-in-loss-of-essequibo-2/> (acesso em 01/04/2020).

36 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/guiana-vive-turbulencia-e-tem-conflito-com-venezuela-apos-achar-petroleo.shtml> (acesso em 01/04/2020); <https://www.eluniversal.com/politica/29345/venezuela-amplia-seguridad-en-fachada-atlantica-con-decreto> (acesso em 01/04/2020); <http://demerawaves.com/2018/12/25/britain-caricom-join-us-in-telling-venezuela-to-back-off-from-guyanas-territory/> (acesso em 02/04/2020).

37 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2020/03/07/sanctions-are-likely-to-be-applied-against-elections-officials-and-the-government/>; <https://www.kaieteurnews.com/2020/03/28/sanctions-are-coming/> (acesso em 02/04/2020).

38 Disponível em: <http://demerawaves.com/2020/03/28/guyana-remains-a-sovereign-state-govt-reacts-to-international-community/> (acesso em 02/04/2020).



Dois presidentes e três assembleias: a crise na Venezuela se aprofunda

Thaís Jesinski Batistas
Pesquisadora do OPSA

Introdução

Desde que assumiu a presidência venezuelana, em 2013, Nicolás Maduro (*Partido Socialista Unido da Venezuela* – PSUV) vem sendo contestado pela oposição. Por outro lado, com a queda no preço do petróleo, a partir de 2014, a Venezuela vem enfrentando graves problemas econômicos, com crises de abastecimento recorrentes, apagões e uma hiperinflação descontrolada. As críticas ao governo se acentuaram a partir de 2015, quando a oposição conquistou a maioria dos assentos da Assembleia Nacional. Com a tentativa de suspender os poderes desse órgão, o governo de Maduro enfrentou massivos protestos de rua a partir de 2017.

Ao recuar e devolver os poderes da Assembleia Nacional, de maioria opositora, o governo de Maduro convocou, em maio daquele ano, uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A oposição se recusou a participar do pleito, que ocorreu no dia 30 de julho e teve como resultado a eleição de representantes aliados ao governo, que tomaram posse no dia 4 de agosto. Com a existência de duas Assembleias, a crise venezuelana se aprofundou no ano de 2018. No dia 20 de maio, ocorreram eleições presidenciais, e Maduro foi reeleito com 68% dos votos. A oposição, reunida na coalizão *Mesa de Unidad Democrática* (MUD) boicotou o pleito, que contou com a participação de apenas 45% da população. A eleição foi marcada por denúncias de corrupção e não foi reconhecida pelos partidos da MUD (WEBER, 2018).

Frente a esta crise, algumas tentativas de mediação internacional foram iniciadas, mas sem sucesso. O fim da “onda rosa” na América do Sul levou ao esvaziamento da Unasul como instrumento de mediação das crises na região. A Organização dos Estados Americanos (OEA), por sua vez, também não foi capaz de gerar uma saída para a crise venezuelana. O governo de Maduro retirou a Venezuela dessa organização em abril de 2017, acusando-a de intervencionismo. Com a incapacidade das organizações regionais de mediar a crise na Venezuela, em agosto de

2017, foi criado o Grupo de Lima¹. Os países reunidos nele não foram capazes, no entanto, de viabilizar o diálogo entre o governo e a oposição, assumindo um papel de crítica às ações do governo Maduro. Já em maio de 2018, foi lançada uma nova tentativa de diálogo para a crise, mediada por Cuba e pela Noruega. Essa iniciativa promoveu, em Oslo e em Barbados, encontros entre representantes de Maduro e da oposição (VELASCO JÚNIOR, 2019). Levando em conta este breve histórico, este artigo analisa como a crise na Venezuela se desenvolveu no ano de 2019 e no primeiro trimestre de 2020, examinando os acontecimentos na política doméstica venezuelana e seus impactos internacionais.

O período entre 20 de outubro e 20 de novembro de 2019 mudou de forma considerável o cenário político do Estado plurinacional da Bolívia. As eleições presidenciais, que ocorreram em outubro, foram marcadas por grandes instabilidades, manifestações, acusações de fraude e, após o desenrolar da conjuntura, pela renúncia do então presidente Evo Morales Ayma, de seu vice-presidente e de diversos ministros. A partir de então, a crise e a polarização no país, que já se estendiam desde 2016, se aceleraram e se agravaram de forma significativa. Depois da renúncia de Morales, logo após a pressão dissuasória de setores sociais diversos, o que deu traços de golpe à conjuntura, um novo governo assumiu a institucionalidade boliviana, com orientação política radicalmente distinta do anterior e em meio a manobras institucionais controversas. O governo provisório, sob liderança da então senadora Jeanine Añez, já reconfigurou todo aparato estatal boliviano e marcou novas eleições para maio de 2020. Este artigo tem como objetivo relatar brevemente este processo com seus principais atores e forças envolvidos.

Aprofundamento da crise venezuelana no plano doméstico

Após a questionada eleição presidencial de 2018, Maduro tomou posse no dia 10 de janeiro de 2019. Nesse mesmo mês, no dia 23, Juan Guaidó (*Voluntad Popular* – VP), eleito presidente da Assembleia Nacional, autoproclamou-se presidente interino da Venezuela. Guaidó foi reconhecido pelos

¹ Os países fundadores foram Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

Estados Unidos, pela União Europeia e pelos países do Grupo de Lima, com exceção do México, Rússia e China, assim como Bolívia, Cuba, Irã e Turquia, reconheceram Maduro como presidente legítimo. Criou-se, assim, mais um impasse no já complicado cenário político venezuelano. Naquele momento, o país passou a contar com dois presidentes, além de duas Assembleias.

A autoproclamação de Guaidó à presidência parecia representar uma saída viável para unir a oposição e derrubar Maduro. Uma das primeiras ações tomadas pelo novo presidente foi oferecer anistia aos militares que deixassem de apoiar o regime. No entanto, a cúpula militar não aceitou a oferta de Guaidó e se manteve ao lado de Maduro. Mesmo assim, Guaidó deu prosseguimento as ações para retirá-lo do governo. No dia 23 de fevereiro de 2019, Guaidó liderou uma ação que levaria ajuda humanitária dos Estados Unidos para o território venezuelano através das fronteiras com o Brasil e a Colômbia. O ato, que ficou conhecido como “Dia D”, fracassou. Apesar da ocorrência de algumas deserções dentro das Forças Armadas, o governo de Maduro conseguiu impedir a entrada dos caminhões com a ajuda humanitária através do fechamento das fronteiras venezuelanas. Maduro classificou o ato como um “show” e uma tentativa frustrada de intervenção militar. Outra tentativa feita por Guaidó para derrubar Maduro foi o anúncio, no dia 30 de abril, de que ele contava com o apoio dos militares e que estava em curso a última fase da “Operação Liberdade”, que libertaria a Venezuela. No entanto, Guaidó teve novamente seus planos frustrados, sem a adesão das Forças Armadas ao movimento.

Enquanto as tentativas de Guaidó de assumir o poder na Venezuela falhavam, a iniciativa mais promissora de solução da crise vinha ocorrendo com a mediação da Noruega. No mês de setembro de 2019, no entanto, essas conversas chegaram ao fim. Segundo Maduro, o diálogo acabou porque a oposição não cumpriu sua promessa de conversar com membros do governo de Donald Trump para que os Estados Unidos levantassem as sanções impostas à Venezuela. No mês anterior, Trump havia congelado os bens do governo venezuelano em território estadunidense. Guaidó, por sua vez, justificou o fim das conversações pela negativa dos representantes de Maduro de discutir a proposta feita pela oposição, que incluía a realização de eleições presidenciais livres e o afastamento de Maduro do poder. Como

consequência, em 16 de setembro, o governo de Maduro anunciou um acordo com um setor minoritário da oposição. Nesse momento, é possível concluir que Guaidó já não tinha mais a capacidade de unir a oposição contra Maduro. A partir de então, os parlamentares do PSUV retornaram à Assembleia Nacional venezuelana, da qual estavam afastados desde 2017, após a criação da ANC.

O mês de outubro de 2019 foi marcado por negociações entre os deputados oficialistas e opositoristas para a formação de um Comitê de Nomeações com vistas à criação de um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Esse Conselho seria o responsável por organizar eleições em 2020, ainda que não houvesse acordo sobre quais eleições seriam realizadas. Maduro defendia a realização de eleições legislativas, enquanto Guaidó afirmava serem necessárias eleições presidenciais. Para formar o Comitê de Nomeações, os deputados do *Gran Polo Patriótico*, coalizão de partidos que apoiam o governo de Maduro, defendiam que a Assembleia Nacional deveria sair da situação de desacato, na qual se encontrava desde 2016. Permanecendo assim, o governo de Maduro ameaçava utilizar o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) para nomear um novo CNE.

Apesar dessas disputas, no dia 13 de novembro de 2019 foi formada uma Comissão Preliminar para designar o Comitê de Nomeações da Assembleia Nacional. Onze deputados formaram essa comissão, sendo quatro oficialistas e sete opositoristas². O próximo passo dessa comissão seria receber as candidaturas de membros da sociedade civil, e selecionar 10 delas para compor o Comitê de Nomeações. Denúncias de corrupção, no entanto, impediram esse prosseguimento.

No dia 1º de dezembro de 2019, o portal Armando.info denunciou um esquema de corrupção envolvendo deputados da oposição³. Estes foram acusados de participar de um esquema para beneficiar o empresário colombiano Carlos Lizcano, vinculado a 2 São eles: Jesús Chávez (PSUV), Jesús Montilla (PSUV), Nosliw Rodríguez (PSUV), Williams Gil (PSUV), Ángel Medina (Primero Justicia - PJ), Franklyn Duarte (COPEI), Gregorio Graterol (PJ), Luis Aquiles Moreno (Acción Democrática - AD), Olivia Lozano (VP), Piero Maroun (AD), Stalin González (Un Nuevo Tiempo - UNT).

3 Os deputados eram Adolfo Superlano (Cambiamos), Chaim Bucaram (UNT), Conrado Pérez Linares (PJ), Emilio Fajardo (PJ), Guillermo Luces (VP), Héctor Vargas (Avanzada Progresista - AP), José Brito (PJ), Luis Parra (PJ), Richard Arteaga (VP) e William Barrientos (UNT).



um programa do governo venezuelano de distribuição de alimentos – os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP). O grupo seria comandado por Luis Parra (PJ), que negou as acusações. Os partidos *Primero Justicia*, *Voluntad Popular* e *Un Nuevo Tiempo* afastaram seus deputados. No dia 3 de dezembro, Guaidó designou uma comissão especial da Assembleia Nacional para investigar o caso. A Procuradoria Geral da Venezuela também iniciou uma investigação para apurar a denúncia. Já no dia 13 de dezembro, Elliott Abrams, representante do Departamento de Estado dos EUA na Venezuela, afirmou que o governo de Maduro havia oferecido US\$ 500 mil a cada deputado para que não votasse em Guaidó na eleição para a presidência da Assembleia Nacional, esquema que ficou conhecido como Operação *Alacrán*. Maduro afirmou que Abrams estava mentindo.

Com acusações de corrupção afetando a oposição e o governo de Maduro, a eleição para a presidência da Assembleia Nacional ocorreu no dia 5 de janeiro de 2020, em um clima de desconfiança e com atos de violência. Com a sede da Assembleia Nacional cercada por militares e policiais, Luis Parra foi eleito novo presidente. Ele era parte da oposição a Maduro, mas depois dos escândalos ligados aos CLAPs foi expulso de seu partido e rompeu com Guaidó. Parra foi eleito com os votos dos deputados oficialistas e de um setor minoritário da oposição. Deputados da oposição, aliados a Guaidó, denunciaram sua eleição como um golpe, pois foram impedidos de participar da votação.

O deputado opositor Juan Pablo Guanipa (PJ), vice-presidente da Assembleia Nacional presidida por Guaidó, afirmou que o golpe ocorrido no dia 5 fazia parte de um acordo com a Rússia. Com Parra, a Assembleia Nacional aprovaria concessões de campos de petróleo na Venezuela a serem explorados por empresas russas, dando respaldo legal aos acordos feitos por Maduro. Deputados oficialistas consideraram a eleição legítima, e defenderam que Guaidó e seus aliados optaram por não entrar na sede da Assembleia Nacional porque sabiam que iriam perder a votação. Uma votação paralela foi realizada fora da Assembleia, e Guaidó foi reeleito para o cargo de presidente.

No dia 7 de janeiro, Parra tomou posse, enquanto Guaidó foi impedido de entrar no prédio da Assembleia Nacional. Quando Parra deixou o local, Guaidó conseguiu entrar e também foi empossado – ainda que a luz do

prédio tenha sido cortada. O Grupo de Lima e o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, condenaram os atos de violência ocorridos na eleição. Guaidó foi novamente reconhecido como presidente legítimo da Venezuela pelos Estados Unidos, União Europeia, e alguns países da região, como Brasil e Colômbia. O governo de Maduro e a Rússia, por sua vez, reconheceram a eleição de Parra. A Venezuela, portanto, passou a ter três Assembleias Nacionais – a presidida por Guaidó, a presidida por Parra, e a Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Diosdado Cabello (PSUV), além de dois presidentes (Maduro e Guaidó).

Apesar da confusão institucional, os deputados venezuelanos deram prosseguimento ao processo iniciado em 2019 para formação de um novo CNE e a realização de eleições. Representantes da sociedade civil se candidataram para compor o Comitê de Nomeações e, no dia 26 de fevereiro de 2020, foram anunciados os 10 membros selecionados⁴. Um dia depois, as Assembleias presididas por Parra e por Guaidó, respectivamente, aprovaram, em locais distintos, o relatório da Comissão Preliminar com a indicação dos 10 nomes. Assim, no dia 9 de março foi instalado o Comitê de Nomeações da Assembleia Nacional, composto por 11 parlamentares e 10 membros da sociedade civil. Ángel Medina (PJ) foi escolhido como presidente do Comitê, tendo Julio Chávez (PSUV) como vice.

A cerimônia de posse dos membros da sociedade civil foi realizada na sede da Assembleia, mas sem a presença de Guaidó e seus aliados. O Comitê de Nomeações deverá formar um novo CNE, que organizará as eleições previstas para dezembro de 2020. No entanto, um incêndio no depósito do CNE no dia 7 de março destruiu a maioria das máquinas de votação. O governo de Maduro afirmou que o incêndio foi um ato de sabotagem e que comprará novas máquinas para as eleições. O ocorrido soma mais um desafio para a realização das eleições em 2020.

Efeitos da crise venezuelana no plano internacional

Os acontecimentos relatados na seção anterior tiveram reflexos fora das fronteiras venezuelanas. Em fevereiro de 2019, logo após se autoproclamar presidente, Guaidó

⁴ São eles: Alexis Corredor, Cruz Eduardo Castañeda, Diana Carolina Rodríguez, Guillermo Miguelena, Gusi Galeano, Luis Alberto Rodríguez, Luis Serrano, Mercedes Gutiérrez, Orlando Pérez e Petra Tovar.



pediu que o processo de saída da Venezuela da OEA fosse revertido. O pedido foi aceito e o indicado de Guaidó, Gustavo Tarre Briceño, foi reconhecido como representante venezuelano na organização no dia 9 de abril daquele ano. A OEA foi largamente utilizada como meio de pressionar o governo de Maduro, frente aos insucessos de Guaidó para retirá-lo do poder.

O principal marco dessa estratégia no ano de 2019 foi a ativação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em sessão da OEA do dia 11 de setembro⁵. Com a decisão, países latino-americanos que não tinham mecanismos para implementar sanções a servidores do governo de Maduro poderiam aplicar tais medidas, assim como os Estados Unidos já estava fazendo há alguns meses. No dia 23 de setembro, o órgão de consulta do TIAR se reuniu em Nova York e os países presentes aprovaram a criação de uma rede para identificar e sancionar membros do governo venezuelano vinculados a atividades ilícitas, corrupção ou violações de direitos humanos. Naquele momento, ações militares foram descartadas. O Uruguai foi o único país que votou contra a resolução, anunciando, posteriormente, sua saída do Tratado. A chancelaria uruguaia afirmou que o TIAR não fora projetado para tratar de conflitos políticos ou ameaças internas à segurança nacional de um país membro. Maduro qualificou como infame e embaraçosa a ativação do Tratado.

Enquanto a crise venezuelana se aprofundava no plano doméstico e a pressão da OEA era intensificada, o governo de Maduro passou a adotar uma postura mais conflitiva com seus vizinhos na região sul-americana. Em setembro de 2019, foram realizados exercícios militares na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia. Já em dezembro daquele ano, um grupo de homens armados assaltou o 513º Batalhão de Infantaria de Selva Mariano Montilla, localizado próximo à fronteira com o Brasil. O governo de Maduro acusou o Brasil, a Colômbia e o Peru de terem apoiado o que foi classificado como “ataque terrorista”. Os três governos reagiram negando as acusações e afirmando que elas eram distrações para os problemas internos da Venezuela.

Guaidó, por sua vez, deu

⁵ Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Guatemala, Haiti, Honduras, El Salvador, Estados Unidos, Paraguai, República Dominicana e Venezuela aprovaram a ativação do TIAR, enquanto Trindade e Tobago, Uruguai, Costa Rica, Panamá e Peru se abstiveram e Bahamas se ausentou da votação.

prosseguimento a sua estratégia de buscar apoio internacional para retirar Maduro do poder. O autoproclamado presidente realizou uma turnê internacional entre os dias 20 de janeiro e 11 de fevereiro de 2020. Mesmo sem permissão de deixar o país, no dia 20 de janeiro Guaidó foi a Colômbia participar da III Cúpula Hemisférica contra o Terrorismo. Lá, se reuniu com o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo. Guaidó também foi à Europa, onde teve encontros com autoridades da União Europeia, Reino Unido, França e Espanha, além de ter discursado no Fórum Econômico de Davos, na Suíça. No dia 5 de fevereiro, Guaidó se reuniu com o presidente estadunidense, Donald Trump, concluindo sua turnê.

O primeiro resultado da viagem de Guaidó foi a imposição, no dia 18 de fevereiro, pelos Estados Unidos, de sanções à Rosneft Trading, uma subsidiária da Rosneft. A empresa russa é a principal compradora e revendedora do petróleo produzido na Venezuela. Essas sanções aprofundaram a estratégia de sufocamento econômico que o governo de Trump vem adotando frente à crise venezuelana. No ano de 2019, em 28 de janeiro, sanções foram impostas à Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) e em março elas foram estendidas ao banco russo Evrofinance Mosnarbank, por suspeitas que o banco estaria sendo usado para driblar as sanções à empresa venezuelana. As novas sanções de 2020 buscam novamente cortar as fontes de financiamento do governo de Maduro.

A Rússia condenou as novas sanções e afirmou que elas não impediriam o país de continuar negociando com a Venezuela. A PDVSA também declarou que continuará negociando com a subsidiária russa. No entanto, no dia 28 de março a Rosneft anunciou a liquidação de seus ativos na Venezuela. Apesar do encerramento das atividades da empresa no país, o governo russo afirmou que isso não afetará os acordos feitos com o governo de Maduro. Os ativos seriam absorvidos por uma empresa pública russa. A última ação de Trump para pressionar o governo venezuelano foi o anúncio, em 26 de março, de que os Estados Unidos estavam processando Maduro por narcoterrorismo. Foram oferecidos US\$ 15 milhões por informações que possam levar a prisão do mandatário. Outros funcionários do regime também foram acusados. Membros do governo venezuelano afirmaram que isso é uma nova modalidade de golpe de Estado.



Conclusão

A crise na Venezuela, que já se estende por vários anos, se aprofundou a partir de 2019 com a presença de um novo elemento no complexo sistema político do país. A partir daquele ano, além de duas assembleias – a Assembleia Nacional controlada pela oposição e a Assembleia Nacional Constituinte controlada pelo oficialismo –, o país passou a contar com dois presidentes: Nicolás Maduro, eleito em 2018 em um pleito questionado pela oposição, e Juan Guaidó, autoproclamado presidente em 2019. A emergência de Guaidó na cena política venezuelana foi encarada como a possibilidade de unificar a oposição a Maduro, que em períodos anteriores já havia demonstrado suas divisões. O autoproclamado presidente, no entanto, não foi capaz de assumir, de fato, o governo da Venezuela. Apesar das diversas tentativas de derrubá-lo, Maduro permaneceu como presidente de fato do país, apoiado pelas Forças Armadas venezuelanas.

O momento da cisão no bloco opositor a Maduro ocorreu em setembro de 2019, com o fim das negociações mediadas pela Noruega. Nessa mesma ocasião, Maduro anunciou um acordo com o bloco minoritário da oposição, que teve como resultado a volta dos deputados do PSUV à Assembleia Nacional. Nos meses seguintes, foi negociada a criação de um Comitê de Nomeações para a criação de um novo Conselho Nacional Eleitoral. Esse Conselho seria responsável por realizar eleições em 2020, que são alvos de disputa: Maduro defende a realização de eleições parlamentares, enquanto Guaidó pede eleições presidenciais.

No meio desse processo, em janeiro de 2020, ocorreram as eleições para a presidência da Assembleia Nacional. Após denúncias de corrupção contra o governo de Maduro e contra deputados da oposição, dois presidentes foram eleitos para a Assembleia Nacional: Juan Guaidó e Luis Parra, deputado opositor a Maduro, mas que rompeu com Guaidó depois de ser expulso de seu partido por denúncias de corrupção. Nesse momento, o sistema político venezuelano ganhou mais um elemento: além de dois presidentes, o país passou a ter três assembleias. Entretanto, a profusão de instituições não impediu o avanço no processo de preparação para as eleições. Apesar de disputas, o Comitê de Nomeações da Assembleia Nacional foi instalado em março de 2020.

O governo de Trump, por sua vez,

passou a adotar medidas para pressionar o governo de Maduro no plano econômico. Sanções foram impostas à PDVSA e às empresas russas que faziam negócios com a Venezuela. Essa estratégia se refletiu na ativação do TIAR, em setembro de 2019, para viabilizar o emprego de sanções por parte de países da região que não possuíam, até então, meios legais de adotá-las. Por fim, o último movimento do governo estadunidense foi processar Maduro por narcoterrorismo e oferecer US\$ 15 milhões por informações que possam levar a sua prisão. O sucesso dessas iniciativas ainda deverá ser avaliado. Até então, elas só têm aprofundado a crise por que passa a Venezuela, o que se reflete na existência de mais de 4,5 milhões de venezuelanos deixando seu país rumo aos vizinhos sul-americanos.

Referências

VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso. A falência das instituições regionais diante da crise venezuelana. *Boletim OPSA*, n. 2, abr./jun. 2019.

WEBER, Leonardo Albarello. Eleições na Venezuela. *Boletim OPSA*, n. 2, abr./jun., 2018.

